



O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária de Oitiva do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, destinada à oitiva das testemunhas Sr. Jorge Milton Temer e Sra. Caroline Sardá Loz, arroladas pelo Deputado Glauber Braga, e à oitiva do representado no processo referente à Representação nº 5, de 2024, Deputado Glauber Braga.

Ata.

Em conformidade com o art. 5º, parágrafo único, do Ato da Mesa nº 123, de 2020, que regulamenta a Resolução nº 14, de 2020, está dispensada a leitura de ata.

Em votação a ata da 17ª Reunião deste Conselho de Ética, realizada no dia 27 de novembro de 2024.

Os Deputados que aprovam a referida ata permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada a ata da Reunião do Conselho de Ética realizada em 27 de novembro de 2024.

Comunicações.

Informo que foi protocolada no Conselho de Ética a manifestação do Deputado Paulo Magalhães, Relator do processo em desfavor do Deputado Glauber Braga, por meio da qual indeferiu o pedido de nova oitiva do Deputado Kim Kataguirí, considerando a ausência de pertinência entre as contradições apontadas no depoimento da testemunha e os fatos narrados na Representação nº 5, de 2024.

Ordem do Dia.

Registro a presença do Deputado Glauber Braga e de seus advogados Dr. André Maimoni, Alberto Maimoni e Alvaro Maimoni.

Faço alguns esclarecimentos a respeito da oitiva de testemunhas, conforme dispõe o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética.



As testemunhas prestarão compromisso com a verdade e falarão somente sobre o que lhes for perguntado, sendo-lhes vedada qualquer explanação ou consideração inicial à guisa de introdução.

Inicialmente, será dada a palavra ao Relator, Deputado Paulo Magalhães, para que formule as suas perguntas, que poderão ser feitas em qualquer momento em que entender necessário.

Após a inquirição inicial, será dada a palavra ao representado e ao seu advogado, para seus questionamentos.

A chamada para que os Parlamentares inquiram a testemunha será feita de acordo com a lista de inscrição, chamando-se primeiramente os membros deste Conselho, que têm até 10 minutos, improrrogáveis, para formular perguntas, com 3 minutos para a réplica. Será concedida aos Deputados que não integram o Conselho a metade do tempo dos membros, 5 minutos.

O Deputado que usar da palavra não poderá ser aparteado e a testemunha não será interrompida, exceto pelo Presidente ou pelo Relator.

Oitiva do Sr. Jorge Milton Temer.

Sr. Milton Temer, V.Sa. já se encontra na sala virtual para atender às formalidades?

O SR. JORGE MILTON TEMER - Já estou na sala virtual. Não sei se me ouvem bem.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Ouvimos, sim, alta e claramente, o senhor.

Para atender às formalidades legais, de acordo com o art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética, passo à leitura do termo de compromisso em que será declarada oralmente pela testemunha a sua concordância.

Termo de compromisso.

Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº



5, de 2024, referente à Representação nº 5, de 2024, em desfavor do Deputado Glauber Braga.

Sala de reuniões, 4 de dezembro de 2024.

Sr. Jorge Milton Temer.

Concorda, Sr. Milton?

O SR. JORGE MILTON TEMER - Completamente. Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Paulo Magalhães, para inquirir a testemunha de defesa.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Sr. Presidente, senhoras e senhores...

Sr. Jorge Milton Temer, o senhor é ex-Deputado Federal. Quantos mandatos exerceu na Câmara dos Deputados e qual é hoje a sua ocupação?

O SR. JORGE MILTON TEMER - Bom, minha carreira legislativa começa como constituinte estadual nos anos 80 e como Deputado Federal por dois mandatos — o mandarinato de Fernando Henrique Cardoso na década de 90 —, mandatos dos quais eu abri mão de reeleição, no melhor momento, por já considerar cumprida a minha tarefa política naquele estágio.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Presidente, eu pediria que melhorasse o som.

O SR. JORGE MILTON TEMER - Atualmente sou membro da Direção Nacional do Partido Socialismo e Liberdade.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Qual é a sua relação com o Deputado Glauber Braga e há quanto tempo o senhor o conhece?

O SR. JORGE MILTON TEMER - Eu o conheço já quase há uma década, acompanhando-o, primeiro, ainda... Ele era Deputado do Partido Socialista Brasileiro e já me chamava atenção, porque em sua campanha, um jovem, então, ele mostrava algo que nós — eu, então, no Partido dos Trabalhadores — fazíamos no Rio de Janeiro, naquilo que se convencionou chamar o Buraco do Lume, que é



o largo, a Praça Mário Lago, que era a prestação de contas diante do eleitorado, do controle social, ou seja, uma prática que, antes mesmo de chegar ao PSOL, ele já mantinha e mostrava em campanha eleitoral. No PSOL eu o acompanhei e desde cedo tivemos muita identidade política, principalmente nos últimos anos, a partir da eleição de 2018, onde passamos a partilhar de mesma visão político-ideológica, na concepção inclusive de luta do próprio Partido Socialismo e Liberdade. O Deputado Glauber Braga me parecia alguém que correspondia ao que eu, como Parlamentar, sempre tentei fazer. E via nele exemplo de uma potencialização daquele combate que eu fazia por democracia na luta anticapitalista, com um talento maior do que o meu.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Pelo visto, o senhor tem intimidade com o Deputado Glauber Braga.

O SR. JORGE MILTON TEMER - Intimidade na medida da vida política e intimidade inclusive particular, porque somos amigos, evidentemente.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Perfeitamente. O senhor presenciou algum dos fatos descritos na representação?

O SR. JORGE MILTON TEMER - Bom, dos fatos descritos na representação, alguns eu vi pela televisão, que aliás acho absurdo até de constarem da representação do Partido Novo, partido que inclusive tem o seu principal líder contestado por discurso na tribuna pela Polícia Federal. Eu acompanhei vários. E quanto à acusação do mequetrefe contra o qual o Deputado Glauber Braga exerceu legítimo direito de defesa, eu o acompanhei por vídeo. Mas eu acompanhei no Rio de Janeiro, em várias oportunidades, a forma de ação que, para quem tem um pouco de cultura política, lembrava muito a dos camisas pardas na ascensão do nazismo na Alemanha, que era a aproximação em matilha, com o referido mequetrefe na frente, provocando aquela previsível reunião de Glauber Braga com seus militantes, seus eleitores e os passantes no Largo da Carioca, que ele fazia tradicionalmente, há uma década, ali perto da estação do metrô. Então, pelo menos três vezes, eu vi essa matilha se aproximar, duas vezes



com esse mequetrefe que apareceu em Brasília para provocá-lo e uma vez com uma candidata a Vereadora, também — que, aliás, não se elegeu — com os mesmos métodos: vêm em grupo; começam a gritar de longe; vão gritando e vão se aproximando; chegam perto de quem não os afronta e colocam-se de peito aberto e bem próximos, de modo que você os toque, você os empurre, até para se defender. É onde eles fazem o corte, para mostrar que você os teria agredido. Então, é uma tática que eles aprenderam na linha daquilo que os antigos nazistas e os neonazistas aplicam em provocação, dentro da luta democrática.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Então o senhor concorda com o posicionamento do Deputado Glauber Braga em relação a esse cidadão que o senhor qualifica de mequetrefe?

O SR. JORGE MILTON TEMER - Não só esse cidadão, como as demais representações contra ele, que eu considero inclusive ilegais, porque ofendem a imunidade parlamentar. E eu me lembro de... Deputado Paulo Magalhães, nós fomos colegas durante o mandarinato do FHC, o senhor apoiando aquele Governo, e eu, na Oposição. E eu me lembro perfeitamente do debate havido quando se fez a discussão da PEC da privatização da seguridade social, que foi o primeiro passo para isso que Michel Temer veio a concretizar recentemente. E eu me lembro perfeitamente que nós, então do PT, tínhamos conseguido com o Deputado Relator, que era do PMDB — era do Amazonas. Não me ocorre mais o nome. Não era um Deputado de ponta, mas era um Deputado... Nós tínhamos conseguido várias concessões, e, enfim, ele aceitou várias propostas nossas na discussão, que chegou a ser colocada em avulso e impressa. Na noite anterior, o Presidente da Câmara, Michel Temer, tira o Relator, desloca o Relator, assume a relatoria e anula tudo aquilo que nós tínhamos conseguido no debate num manuscrito. O avulso que chega à Câmara, não sei se o senhor lembra — o senhor devia estar junto nessa votação —, vem com emendas de Michel Temer manuscritas. Impressas, mas escritas à mão. Sequer se reimprimiram textos batidos a máquina. Pois bem, eu me lembro perfeitamente de que eu, Deputado, e



sendo xará de sobrenome por razões diferentes, sem nenhuma relação de família, me dirigi ao microfone, dizendo de maneira clara: "*Essa maracutaia em serviço da seguridade social privada não foi Temer quem fez, foi Lúlia*", porque o último sobrenome do Presidente Michel Temer é Michel Temer Lúlia. Houve um desforço pessoal; briga. Alguns acólitos dele pularam em cima de mim, eu ia para cima. Aliás, a briga não ocorreu, infelizmente, por ação de uma Deputada, Júlia, que era então Deputada do PT do Pará e era uma moça forte e interveio e impediu que houvesse briga. Pois bem, aquele ato sequer saiu nos Anais da Câmara, quanto mais... E eu considero que invocar práticas de maracutaia ao Presidente, então, era muito mais forte do que a simples pergunta que o Deputado Glauber Braga fez ao Presidente da Câmara atual, Arthur Lira, sobre se ele não tinha vergonha com respeito de propor a privatização da PETROBRAS. Para quem conhece a história do Brasil, para quem conhece a quantidade de vítimas, inclusive de morte, por conta da luta pelo monopólio estatal do petróleo no Brasil, alguém propor, ao fim e à conta, a privatização do que restava da privatária anterior — que entregou inclusive grande parte da PETROBRAS a acionistas no estrangeiro... Aquilo ali não merecia pergunta, não; merecia afirmação, e não poderia representar nada, porque o embate parlamentar... E eu não cito nem o Marx nem o Lenin, não; eu cito Montesquieu. É Montesquieu que diz de maneira clara que a democracia e a liberdade se caracterizam pelo dissenso. A unidade só pode existir em duas condições: ou bem quando as sociedades não tiverem mais classes, ou seja, não houver mais confronto de ideias diferentes, ou bem no regime autoritário. Então, o dissenso e a forma de exercer o dissenso, principalmente pela previsão constitucional, me permite dizer que todos os pontos dessa... não só o da resposta ao mequetrefe, como o da ação parlamentar do Deputado Glauber Braga honram o mandato dele e a representação que ele tem não é no Rio de Janeiro, não; nacionalmente. Eu queria lembrar ao senhor, Deputado Paulo Magalhães, que, em solidariedade ao Glauber Braga, quase na reta final da campanha eleitoral, a Associação Brasileira de Imprensa, depois de tirar nota de solidariedade a ele,



promoveu um ato, promoveu um ato de moto-próprio, e esse ato congregou tanta gente! Primeiro, não sei se o senhor conhece ali a ABI, no Rio de Janeiro. O senhor é da Bahia, mas deve conhecer, porque o senhor é um Deputado de âmbito nacional. Pois bem, não só aquele auditório imenso, lotado — são 800 pessoas —, como o pátio dos elevadores, embaixo, lotado e uma fila de elevadores que chegava a duas quadras dali, de solidariedade. Olha, era fim de campanha eleitoral, e esse ato estabelecia uma condição: não podia haver campanha eleitoral ali, ou seja, quem estava ali estava não para se aproveitar da multidão e fazer sua campanha, não; estava ali para manifestar solidariedade a Glauber Braga pela ação e representação dele, que não só tem expressão no Rio de Janeiro, como tem expressão em muitas capitais de Estado onde se realizaram atos de solidariedade também. Então, Glauber representa uma posição política que tem expressão e manifesta *(falha na transmissão)* por sua própria essência.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Meu querido Deputado Milton Temer, eu me lembro de muitos fatos, mas queria, por aqui, aproveitar a oportunidade dessas citações que o senhor fez para lembrar um posicionamento do Deputado Glauber Braga numa das reuniões do Conselho em que tratávamos desse mesmo assunto. O Deputado Glauber Braga afirmou, categoricamente, que o Presidente Arthur Lira era um dos maiores ladrões do Brasil.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Sem manifestação, por gentileza.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - E eu acredito que V.Exa. não concorde com esse comportamento do Deputado Glauber Braga. Eu só fiz essa citação porque o senhor fez tantas citações que me senti obrigado a fazer esse lembrete, mas o senhor pode prosseguir.

O SR. JORGE MILTON TEMER - Deputado Paulo Magalhães, em primeiro lugar, o Deputado Arthur Lira não é acusado pelo Deputado Glauber Braga, não. O Deputado Arthur Lira foi indiciado e acusado em processo do qual foi réu. E



certamente, na Justiça — não sei qual foi o destino que teve —, era fato conhecido, e não por questão da PETROBRAS. Agora, eu quero dizer ao senhor o seguinte: na minha opinião política, usar a expressão... Eu usava a expressão latifundiário f... da p... Inclusive eu me lembro de um episódio com Ronaldo Caiado. Aliás, é bom lembrar que a Direita no meu tempo, a Direita que eu enfrentava, era no âmbito de Delfim Netto, Roberto Campos, Luís Eduardo Magalhães, seu primo, que eu tenho a impressão que orgulha a sua família. Com toda a diferença ideológica que eu tinha com ele, era uma pessoa que expressava a posição da política conservadora com talento.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - E que tinha uma grande admiração por V.Exa.

O SR. JORGE MILTON TEMER - Exatamente. Aliás, eu me lembro bem do episódio, na minha disputa com o meu amigo e camarada José Dirceu pela Presidência do PT, em que ele pretendeu, num encontro naquele corredor que liga o plenário ao Anexo 4... Eu lembro bem que Luís Eduardo Magalhães vinha andando do Anexo 4 em direção ao plenário — cercado, evidentemente, não só da segurança, mas também dos bajuladores, que ele tinha muitos, pelo seu poder e influência — e eu vinha sozinho pelo outro lado. E ele disse: *"Milton Temer, o que eu faço para ajudar a sua campanha na disputa com o Zé Dirceu?"* Eu parei um pouco e disse: *"Luís Eduardo, declare apoio público ao Zé Dirceu"*. Ele riu muito, porque, evidentemente, o que eu queria dizer é que um apoio da Direita ao Zé Dirceu me fortaleceria, e fez a seguinte expressão: *"Milton Temer, eu quero dizer o seguinte: eu sou carne e você é peixe. Eu sei o que você pensa e você sabe o que eu penso. O que eu não aturo é esse PT metido a chester"*. Na ocasião, havia uma composição — inclusive por ocasião da votação da PEC da Previdência — de aproximação de setores com o Palácio. Lembro bem o comparecimento inclusive de dirigentes da CUT ao Planalto para defender aquilo, porque, evidentemente, nem todos pensam de forma homogênea. Pois bem, nessa Direita, eu me lembro de que Governador Ronaldo Caiado me curou de



uma crise de coluna sem cirurgia. Eu me lembro de ter feito uma intervenção no plenário, dizendo: "*Não posso mais chamar, depois de 8 anos de convivência*" — eu não falava antes com Ronaldo Caiado —, "*Ronaldo Caiado de latifundiário f... da p...*". Eu disse isso assim, normalmente. Então, os termos usados não implicam, obrigatoriamente, em condenação. Quando Glauber Braga classifica Arthur Lira como ladrão, como ele classificou Eduardo Cunha como gângster — eu assino embaixo —, como ele classificou o hoje Senador Moro, ainda juiz, com todos os poderes da República e todo (*falha na transmissão*), de juiz ladrão, é do contexto natural dele, é da forma dele de ser. Então, obrigatoriamente, o que eu quero dizer é que palavras... Não estão classificadas na Constituição quais são as palavras proibidas de serem ditas por um Parlamentar. O que a Constituição diz de maneira clara é que o Parlamentar é imune no voto e nas suas palavras, de maneira objetiva. Ele é imune a qualquer tipo de sanção. A forma como ele usa é um problema de avaliação de cada um. Eu quero dizer que eu estou inteira... A raiva que eu tenho para determinadas coisas que acontecem nesse País me permitem dizer no Diretório Nacional, quando faço reunião e comentário, coisas parecidas para pessoas do meu partido que hesitam em não combater aquilo que a gente condena e buscam composições e ficam encontrando formas de defender pacotes neoliberais. Eu uso termos do gênero. Então, eu quero dizer o seguinte: eu não vejo por que condenar. Você pode, evidentemente... Eu não digo que o Deputado Paulo Magalhães tenha que ter acordo — é lógico que eu não exijo isso dele —, mas o que eu estou dizendo, o que nós estamos julgando aqui é se o mandato de Glauber Braga pode ser cassado por ele dizer... pela forma de ele dizer as coisas. Não está previsto na Constituição qualquer tipo... E eu quero dizer que Glauber Braga é exponencial, não só na política do Rio de Janeiro, mas já nacionalmente, e Glauber Braga não tem vocação eleitoreira. Ele, por exemplo, promove, conduz um centro socialista, que é nacional, de formação de jovens pluripartidários — tem gente do PT, do PDT, do PSOL, do PCB, do PCBR, da UP —, que faz reuniões *on-line*, e eu, de repente, quando convidado para fazer uma



conferência, me surpreendi quando vi que a pessoa que coordena isso é uma moça de Sobradinho. Glauber não disputa votos em Sobradinho, mas ele tem concepção de Deputado Federal. E dou a ele o direito de usar os termos que bem lhe aprouver, desde que esses termos sejam usados na defesa da política que ele representa — e a representa muito bem — no seu mandato.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Então o senhor admite.

O senhor tem conhecimento da alegada perseguição de integrante do MBL ao Deputado Glauber Braga? Saberá nos dizer há quanto tempo essa dinâmica vem ocorrendo e quais têm sido os posicionamentos do Deputado?

O SR. JORGE MILTON TEMER - Olha, Deputado Paulo Magalhães, eu reitero o que eu afirmei antes. Eu vi em três ocasiões isso — três —, porque eu não vou a todas, mas esse período final da campanha eu acompanhei de perto. Eu ia às segundas-feiras ao Largo da Carioca para prestigiar ali a campanha que Glauber fazia por uma candidata — aliás, que teve uma honrosa votação por conta do apoio que lhe foi dado pelo Glauber, mas também por seu talento pessoal —, e nessa ocasião eu vi três vezes: uma vez, eu já disse, com uma vereadora e duas vezes com esse mequetrefe — duas vezes. Aliás, ele é tipicamente caracterizado, desde os tempos de Marx, como aquela parte da sociedade que é caracterizada como um lumpesinato: lamentavelmente, um setor absolutamente oprimido, mas que prefere e opta na vida por virar serviçal dos opressores e fazer o jogo sujo desses opressores. Acho que esse rapaz desempenha, pela forma, nas duas vezes em que eu vi a sua aproximação, claramente como um camisa parda do Ernst Röhm na ascensão do nazismo na Alemanha — igual, igual, igual: claramente, com a matilha em volta, xingando, ofendendo o Deputado Glauber Braga. Isso eu presenciei; ninguém me contou. Agora, eu presenciei por vídeo ele fazendo a mesma coisa com o Deputado Chico Alencar — porque o Chico Alencar também presta conta do seu mandato totalmente.



O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Mas o Chico Alencar não está na pauta.

O SR. JORGE MILTON TEMER - Não está na pauta, mas é para mostrar que quem está na pauta é o bandido. (*Palmas.*) E o bandido, estou provando ao senhor que não só cometeu agressões físicas e morais, ameaças sérias para atingir o Deputado Glauber Braga, como também ao Deputado Chico Alencar, ou seja, ele tem uma função ideológica determinada por essa quadrilha chamada MBL. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Por gentileza, vamos manter a ordem e ouvir o Relator.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - O senhor já presenciou alguma agressão física praticada por integrante do MBL contra o Deputado Glauber Braga?

O SR. JORGE MILTON TEMER - Eu estou dizendo que essas duas só não foram em cima do Deputado Glauber Braga...

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Agressão física.

O SR. JORGE MILTON TEMER - Não. Agressão física direta, não. Vi aproximação, que foi impedida porque o grupo que estava em volta do Glauber Braga formou barreira para impedir que ele se aproximasse. Aliás, na frente dessa barreira, estava inclusive a candidata à Vereadora, uma jovem valente e brilhante que os peitou de frente, a minha companheira Clarice Chacon os peitou de frente, com o peito aberto. Então, só não houve agressão ali, não houve agressão física. Mas quero lembrar aqui, Deputado Paulo Magalhães, aquilo que foi perguntado ao nosso — eu posso dizer colega, porque convivi com ele, como V.Exa., desde a década de 90 — Alberto Fraga. Quando lhe perguntaram — não lembro quem foi que perguntou — como é que ele reagiria se alguém ofendesse a mãe dele numa discussão, e ele dizendo, sentado nessa cadeira, que ele possivelmente, na Presidência da Comissão, não faria nada, mas que, saindo da Presidência da Comissão, ele ia esperar o cara e ia baixar a porrada no cara. Ele disse isso aí.



Espero que isso conste. Até para justificar eu quero lembrar isso, porque uma das acusações é que o Deputado Glauber Braga interrompia as sessões. O próprio Deputado Alberto Fraga, Presidente da Comissão de Segurança, deixou claro aí que ele fazia o jogo de obstrução sozinho. Se ele está sozinho contra uma bancada que é totalmente contrária, evidentemente que a veemência é consequência. Então, a agressão do mequetrefe física contra... eu não vi. Quando esse sujeito desqualificado chega a se mobilizar até Brasília para procurar Glauber Braga — não foi Glauber que saiu procurando por ele — e fazer a denúncia, inclusive invocando ofensas — ofensas! — à Saudade Braga, uma combatente do Partido Socialista Brasileiro que foi Prefeita de Nova Friburgo, uma médica que fez sua carreira política exatamente por conta do prestígio profissional que tinha, esse cara não merece ser defendido. Ele é uma ameaça à sociedade democrática.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Obrigado, Deputado Milton. Estou satisfeito, Deputado Leur.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Passo a palavra ao Deputado Glauber Braga e ao seu advogado para inquirirem a testemunha.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Bom dia, Presidente, Relator, demais Parlamentares que estão aqui presentes, senhoras e senhores. Mestre Milton Temer, bom dia. Com toda a sua experiência de vida, experiência política, parlamentar, o senhor já presenciou, durante a sua vida, algum julgamento no Conselho de Ética, principalmente depois de 1988, da Constituição de 1988? O senhor já presenciou algum julgamento em que algum Parlamentar tenha sofrido cassação ou suspensão do mandato baseada em elementos de divergência política com o Presidente da Câmara ou com outras forças consideradas hegemônicas?

O SR. JORGE MILTON TEMER - Nunca, nunca, Deputado Glauber Braga. Eu me preocupo que na atual legislatura seja V.Exa. colocado no banco dos réus por representar uma corrente política legal, aberta, combativa do povo brasileiro,



colocado no banco dos réus quando uma Deputada da corrente majoritária, talvez do mesmo partido do Presidente da Câmara, é vista correndo atrás de um cidadão desarmado, com pistola na frente, ameaçando-o de morte e em plena campanha eleitoral (*palmas*). E contra ela não vi nenhuma Comissão de Ética. Nesse caso eu acho que tinha que haver (*palmas*). Não houve. Como não houve também, por exemplo, pancadaria — eu vou até dizer que não viria nem razão para ter Comissão de Ética —, quando houve a pancadaria no dia em que o Deputado Boulos fez aquele relatório que aliviou a situação do Deputado — não lembro o nome dele agora — com respeito às rachadinhas. O pau quebrou aí na Comissão de Ética e não me consta que as agressões aí executadas tenham sido produto de algum processo. Então, objetivamente, nunca vi, mais ainda, mal se falava em Comissão de Ética durante os 8 anos de combate ideológico seríssimo, fortíssimo, entre aqueles que não aceitavam a entrega do patrimônio público, na bandeja, das almas, financiada pelo BNDES, ao capital privado nacional e internacional. O pau quebrava. Eu nunca vi falar em Comissão de Ética. Eu já citei o próprio exemplo meu. Imagina se V.Exa. chegasse perto do Deputado Arthur Lira e dissesse: "*Deputado Arthur Lira, essa maracutaia o senhor não faz em nome da Câmara*", que foi o que eu disse a Michel Temer. E não houve Comissão de Ética contra mim, não houve sequer retirada dos Anais da Câmara. Então, não tem o menor sentido. O senhor está sendo alvo — você, Glauber, você, pela nossa diferença de idade, pelo respeito e afeto que tenho por você —, você está sendo alvo de uma ação política dirigida no embate da luta de classes radicalizada deste País de hoje, com a extrema direita inclusive chegando ao ponto, com apoio de grupos neonazistas, de pretender se transformar em partido político.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço. Passo a palavra agora ao advogado Dr. Alberto Maiomoni para fazer a sua inquirição.

O SR. ALBERTO BRANDÃO HENRIQUES MAIOMONI - Bom dia a todos. Caro Deputado Milton Temer, eu tenho uma pergunta objetiva, mas que tem a ver



com todo o conhecimento de V.Exa. sobre a questão. V.Exa. foi inquirido pelo ilustre Relator e disse que já conhece o Deputado Glauber há mais de uma década. Eu queria perguntar a V.Exa. se o Deputado Glauber é uma pessoa violenta.

O SR. JORGE MILTON TEMER - Pelo contrário, ilustre advogado. Eu quero lhe dizer, até pela intimidade que tenho com Glauber, que certas vezes, e ele vai confirmar isso, eu mesmo ligo para ele, porque zapeio demais. Não tenho nenhuma nostalgia do meu tempo de Parlamentar, mas minha atividade política não cessou por eu ter aberto mão de mandato. E não raro, se for feita uma pesquisa no nosso grupo político, entre quem é o veemente, quem é o intenso, quem é o permanentemente ativo, entre mim e o Glauber, no método talvez eu seja muito mais do que ele — muito mais do que ele. Lembro-me de que quando eu era Deputado, Márcio Moreira Alves, então o mais importante analista do que acontecia na Câmara, sempre que ele me citava, ele dizia: *"Milton Temer, o que faz oposição com a cimitarra na boca"*, usando aí inclusive a minha origem árabe para citar que a cimitarra estava ali. Eu sempre tive... Aliás, lamento e peço até desculpa a Paulo Magalhães se eu fui veemente demais na forma de respondê-lo. Ao contrário, o Glauber é até moderado, é até cabeça fria demais para as coisas. Não raro eu telefono para ele e digo: *"Manda a porrada"*. Falo ao telefone. E ele diz: *"Não, calma"*. Ele diz para mim: *"Calma"*. Então, ele é submetido a uma pressão, pelo menos dos veementes na luta anticapitalista neste Brasil, permanentemente. Ele é o contrário; ele é alguém que até pacífica. Agora, realmente, as condições da Câmara... E eu vou lhe dizer, eu não sei como eu reagiria, se Deputado, se um Presidente da Câmara que colocou a camisa de Bolsonaro durante a campanha, marcando sua posição ideológica de direita, de extrema-direita, ousasse propor, comigo presente, a privatização do que restasse da PETROBRAS. O mínimo que eu diria para ele é: *"Coloque-se na sua dimensão e respeite a história do Brasil"*. Era isso que eu diria. Eu não faria uma pergunta.



Glauber Braga foi até delicado ao fazer a pergunta, se ele não tinha vergonha daquilo que propunha.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Mais alguma pergunta?

O SR. ALBERTO BRANDÃO HENRIQUES MAIOMONI - Deputado Milton Temer, quero só para complementar a pergunta anterior. Então, assim, nessa história de vida em que o senhor acompanhou o Deputado Glauber, pode-se afirmar, com todas as letras, que o senhor nunca presenciou o Deputado Glauber saindo da sua razão e partindo para alguma violência irracional, fisicamente contra outras pessoas, especialmente por divergência política.

O SR. JORGE MILTON TEMER - Principalmente, senhor advogado, nos atos relatados aqui. Se o Glauber fosse de espírito violento ou de espírito agressivo, ele não aceitaria que se impedisse que ele chegasse até essas figuras quando o provocavam em praça pública. Pelo contrário, a muralha era feita, e ele se mantinha atrás da muralha. Ele não se preocupava em exercer o direito de legítima defesa contra as ameaças que recebia. Pelo contrário, se ele chegou a fazer isso na Câmara, é porque... Eu, no lugar dele, não sei o que faria. A Dra. Saudade... Eu convivi com ele para saber o sofrimento que viveu neste ano com o acompanhamento que fazia da mãe dele com Alzheimer, o afeto. E não só pela mãe. Quem vê Glauber com o pai e com as irmãs... Ele tem uma relação familiar intensa. Ele, com a companheira Sâmia... Depois que cometeram aquele assassinato brutal contra o irmão da companheira Sâmia, que é companheira dele, do padrinho do filho deles. Isso tudo convivendo junto, mais o estresse e a tensão desse processo estabelecido em abril. Eu me pergunto onde o Deputado Glauber Braga encontra energia, encontra tranquilidade e espirtuosidade para não reagir de maneira muito mais violenta, veemente e realmente potencializando todos os sentimentos que ele guarda para dentro de si e que certamente até devem provocar problemas de saúde. Então, ao contrário, o Deputado Glauber é



para mim como alguém paciente, pacífico, diante de situações muito graves, pela forma cordata com que sempre se comportou.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, só para dizer que acolho e recebo o paciente e todos os outros adjetivos utilizados por Milton Temer durante o seu pronunciamento, mas o fato de ele ter me designado aqui, no seu depoimento, como moderado vai ser fruto de debate político no nosso conselho lá no Rio de Janeiro. *(Risos.)*

O SR. JORGE MILTON TEMER - O moderado não é na linha política. O moderado é na forma de ser veemente na defesa das mesmas posições.

Estamos juntos, Glauber Braga! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Deputado Chico Alencar, para inquirir a testemunha por até 10 minutos.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Pois não. Obrigado. Bom dia a todos, a todas. Estou aqui com uma sensação de cumprimento de dever e de perda de tempo, porque é esdrúxulo esse processo. Queria perguntar ao meu querido companheiro de tantos sonhos e lutas e decano aqui entre nós, Deputado Milton Temer, na condição de grande jornalista que é e com uma história admirável na imprensa: como você vê, no epicentro da representação feita aqui contra o Deputado Glauber, a atuação alegadamente jornalística que o Sr. Costenaro, que é o protagonista do episódio, diz ter? O que significa, desde os seus tempos de Deputado, existia isso, esse tipo de "jornalismo" — entre todas as aspas? Curiosamente, até onde vi, hoje em dia tem as tais redes sociais, a sociedade muito digitalizada, a ditadura dos algoritmos. Mas esse cidadão que veio aqui não soube dizer nem sua fonte de renda, de remuneração, que, aliás, está sendo pesquisada. Mas ele se diz jornalista, fazendo um trabalho jornalístico ao inquirir várias pessoas do mundo político. Eu também já fui entrevistado por ele. Como você, jornalista Milton Temer, vê esse tipo de atuação? Em que tipo de jornalismo você inscreve essa atividade? E ele, Costenaro, nas suas redes



digitais, avisou, exacerbou a sua vinda ao Conselho de Ética, até o momento em que veio e fez aquele papelão aqui. Saiu constrangido, porque muita coisa ele não conseguia explicar, apesar do auxílio luxuoso de alguns Deputados, como o Deputado Kim Kataguri, do MBL e companhia. Como você vê isso, esse tipo de atuação, em comparação com o bom jornalismo que você mesmo sempre praticou?

O SR. JORGE MILTON TEMER - Meu caro Chico Alencar, Deputado por quem eu tenho admiração, por quem tenho amizade, com quem convivi e vi muitos exemplos de combatividade, vi muitos exemplos de solidariedade, principalmente pela forma como nunca hesitou diante dos ataques contra Glauber, tanto aí, sentado nessa cadeira, como nos atos públicos nos quais compareceu, e que também foi vítima do ataque desse mequetrefe. A pergunta que você me faz é uma pergunta sobre a qual eu reflito, porque eu acho que as redes têm as duas leituras. Elas têm uma leitura realmente democratizante. Se é verdade que os algoritmos determinam, e selecionam, e censuram determinadas atividades... Eu, particularmente, hoje, faço o meu "jornalismo" — entre aspas — com minhas postagens no Facebook e no Instagram. Eu não faço nem no Twitter, porque, como dizia Saramago, o Twitter é a instituição onde você propaga, no máximo, o grito primal. Agora, não, até já ampliou o número. Então, eu acho que a sua questão é concreta, porque todo mundo que opera na rede se considera jornalista. Principalmente na extrema direita, é função utilizar a rede não só para *fake news*, para distribuir boatos, desfazer vidas pessoais, falsas denúncias. Existem os dois lados da coisa. Este rapaz nunca foi jornalista, nunca passou por bancos escolares do jornalismo nem pela prática do jornalismo tradicional. Ele é um agente das redes para ação de provocação semelhante à que ele faz fisicamente. Aquilo, para mim, não é jornalismo. Encostar na pessoa com o microfone colocado no rosto da pessoa e não... Vamos ter claro, ele não pergunta, ele ofende perguntando. Ele ofende perguntando: "*O que você tem a dizer com respeito às roubalheiras da sua mãe na Prefeitura?*" É essa a forma de fazer pergunta



jornalística? Não é, até porque ele não tem como provar. Ele saca do ar as roubalheiras que ele afirma. Eu, no lugar... Então, a sua pergunta é pertinente. E eu acho que o Congresso deve realmente se debruçar sobre a regulação daquilo que, lamentavelmente, hoje é conduzido: "*Ah! Não tem ninguém que julgue. É uma liberdade total na rede*". Não! São os algoritmos que conduzem, censuram e, enfim, organizam qual é o debate da rede. Eu, constantemente, vejo-me assim, de repente, acompanhado por pessoas que eu nunca vi. No dia seguinte, eu tenho 15 mil seguidores, aí, enfim, desses 15 mil seguidores, eu tenho a impressão de que o algoritmo não distribui. O que eu publico é para 500. Ele escolhe para quem vai dar. Então, objetivamente, eu acho que essa pergunta é inconsequente e quero dizer o seguinte: este rapaz não é jornalista, ele não faz perguntas de caráter jornalístico. Ele usa o celular para provocação ofensiva de pessoas que ele quer atingir, provocando acidentes de confronto físico.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Agora, ao Deputado experiente Milton Temer. Você já viu, ao longo da sua trajetória aqui, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, algum processo que tem partes... Uma representação no Conselho de Ética é feita por partido político. Você já viu, em algum momento, um partido fazer a representação e se desinteressar totalmente pela causa? Mais uma vez — viu, Deputado Paulo, Deputado Leur? —, essa sessão do Conselho de Ética não tem a presença, e já foram várias assim, de ninguém que possa representar os autores da representação contra o Glauber. Quer dizer, lançam o problema e deixam o Conselho se virar. E qual é a sua avaliação, Deputado Milton Temer, desse tipo de postura? Nós não fomos contemporâneos aqui na Câmara, mas eu sou também das antigas. Eu nunca vi isto: o representante se desinteressar totalmente pela representação. É sinal de que não acredita que está numa boa causa? É irresponsabilidade mesmo? É mero jogo político, no mau sentido da palavra?

O SR. JORGE MILTON TEMER - Meu amigo Chico Alencar, eu ainda estou me lembrando aqui da conversa que tivemos lá em 2002, quando eu saía da



Câmara dos Deputados e você vinha para a Câmara dos Deputados, aliás, naquela ocasião, com o meu apoio, inclusive. Depois, você ironizou, e eu disse: "*Chico, vai ser uma experiência fundamental para você, porque a Câmara dos Deputados — naqueles 8 anos de oposição — é onde se realizam os grandes debates políticos nacionais*". Lembra essa conversa, Chico? Lembra isso? Pois bem, eu quero te dizer que, objetivamente, dessa impressão subjetiva, você até me contou de uma primeira sensação, uma decepção inicial diante do que eu havia prometido para você. Mas eu quero dizer que, dessa sensação de outrora, eu diria subjetivamente que o papel que o Partido Novo está fazendo é um papel político. O papel que o Partido Novo está fazendo é a composição com a aliança neonazista ajudando a legalizar o MBL. O que o Partido Novo está fazendo, esse partido que se pretende a liberdade, na verdade, é uma composição com a extrema direita para tirar proveitos eleitorais da extrema direita, prestando um serviço a essa extrema direita de fazer a representação contra aquele que a extrema direita vê como um dos seus principais adversários e inimigos. E eu acho que é uma honra para o Parlamentar Glauber Braga ter essa gente, enfim, como ameaças ao seu mandato. Isso é uma condecoração para o Glauber Braga. Então, eu tenho sentido claro e evidente de que essa operação e a ausência inclusive do NOVO aí sentado é que o NOVO entregou ao MBL e seus representantes esporádicos dentro da Câmara a ação de fazer o embate. O NOVO sumiu. E, pelo que eu estou vendo, nem o MBL está mais fazendo, porque a ver, a recuperar o que foram as intervenções das próprias testemunhas invocadas para a acusação e os depoimentos últimos, primeiros, da testemunha de defesa, principalmente aquela manifestação épica de Luiza Erundina, que honra o Parlamento, honra os que com ela convivem — eu tenho a honra de conviver com ela na vida partidária dentro da mesma tendência —, objetivamente, comprova isso. Eles não têm o que dizer. O Partido Novo não tem como sustentar, na realidade concreta, aquilo que fez como jogo político eleitoreiro, aviltante, de composição com as organizações que ainda não têm partido para fazer isso.



O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado, Presidente. Obrigado, Milton.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço ao Deputado Chico Alencar.

Passo a palavra ao Deputado Guilherme Boulos, por 5 minutos.

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP) - Obrigado, Presidente. Eu me dou por satisfeito em relação ao que disse a testemunha.

Eu queria apenas colocar uma questão em apelo a V.Exa., Deputado Leur, a V.Exa., Deputado Paulo Magalhães.

No meio desse processo, na semana passada, após o depoimento da Deputada Luiza Erundina, que eu acho que emocionou todos — eu não estava aqui, mas o assisti e me emocionei com o depoimento —, o Deputado Glauber foi sair da sala do Conselho de Ética e recebeu as mesmas provocações e ataques do mesmo grupo que ocasionou esse processo que está aqui.

Nós precisamos ter em mente o que está em jogo nesse processo que foi movido contra o Deputado Glauber. O que está em jogo é se este Conselho vai legitimar uma prática de banditismo político, uma prática utilizada sistematicamente pelo MBL para constranger pessoas que não pensam como eles ou não. Porque, se se decide, Deputado Paulo Magalhães, por uma punição ao Deputado Glauber, vai se estar coroando e consagrando as práticas do MBL. *(Palmas.)*

Qual é o recado e a mensagem que vão ser dados para essas pessoas que praticam banditismo político? *"Continuem, porque com vocês não acontece nada e com as vítimas dos seus ataques acontece"*, até tirar alguém do sério.

Novamente, eu sei que isso já foi tratado aqui, mas qualquer um aqui se coloque no papel do Deputado Glauber, qualquer um. Eu sou mais moderado que o Deputado Glauber na política, mas sou mais esquentado que o Deputado Glauber em comportamento. Então, se fosse comigo ou com qualquer um de



vocês esse nível de provocação e ataque sistemático, e, pior, praticado como método por moralistas sem moral...

Este MBL é um movimento... Havia um Vereador lá no Rio de Janeiro que tinha como prática fazer esse mesmo tipo de ataque e está preso por pedofilia. Havia um Deputado lá de São Paulo que tinha as mesmas práticas e já fez esse constrangimento várias vezes comigo por ser lá do Estado, como este outro rapaz fez com o Deputado Glauber, e que foi cassado na Assembleia Legislativa de São Paulo por assediar mulheres no meio de uma guerra na Ucrânia. É desse tipo de gente que estamos falando, Deputado Paulo.

Então, qualquer tipo de posicionamento que não seja o arquivamento do caso significa premiar essas táticas, esses métodos. Era isso que eu queria alertar, o que está em jogo. Não se trata apenas do Deputado Glauber. Ele foi a vítima agora, amanhã pode ser qualquer um.

Se em algum momento, Deputado Paulo, Deputado Leur, V.Exas. tiverem um posicionamento que seja contrário ou antagônico à posição desse grupo, pode acontecer com V.Exas. ou com qualquer um de nós sofrer achaque, constrangimento, provocação baixa, ataques rasteiros pessoais e familiares. Não dá para premiar esse tipo de prática. Nós não podemos legitimar esse tipo de prática.

É esse apelo que eu queria deixar para V.Exa., Relator...

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - V.Exa. tem mais 5 minutos, porque V.Exa. é membro.

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP) - Mas não vou precisar utilizá-lo. Eu me dei por satisfeito com o que disse a testemunha.

Mas queria utilizar este momento para fazer esse apelo para deixar o meu integral apoio e solidariedade ao meu colega Deputado Glauber Braga, independentemente de questões partidárias, pois é meu companheiro de partido, mas mesmo que não fosse meu companheiro de partido.



Aliás, eu acho que esse tipo de isonomia está faltando para os acusadores, porque é este campo político que tem, nos últimos meses, feito uma defesa que se mostra hipócrita da imunidade parlamentar quando são atacados judicialmente nos seus mandatos e que, no caso do Deputado Glauber, atuam como caça às bruxas. Então, o que vale para um tem que valer para os outros. Eu acho que essa precisa ser a régua deste Conselho e deste julgamento.

Então, deixo aqui e reafirmo o meu apoio e a minha solidariedade ao Deputado Glauber no que viveu na semana passada. É um negócio, é uma aberração não se poder andar aqui no corredor das Comissões sem encontrar alguém, que, com um celular na mão, usando de uma tática política de constrangimento, de ataque rebaixado e mentira, tente tirar o Deputado do sério. Estão fazendo isso. E eu acho que o desabafo que o Deputado Glauber fez no plenário, na semana passada, tem a ver: *"Olha, vamos encerrar esse processo, porque até quando vai continuar acontecendo isso?"*

Deputado Paulo Magalhães, na sua condição de Relator, eu acho que não está... Eu sei as pressões que existem; eu estive, este ano, sentado aí como Relator de outro caso. Na sua condição de Relator, considere que V.Exa. não vai estar julgando apenas o Deputado Glauber, V.Exa. vai estar tomando uma definição séria de premiar ou não uma prática de banditismo político que precisa ser repudiada por todos nós. Uma decisão que pode servir de precedente e que pode servir inclusive de estímulo para que outros grupos políticos adotem a mesma tática, porque, se ela é premiada e a vítima é punida, bom, esse caminho torna-se um caminho de bom agouro.

Esse é o apelo que eu faço a V.Exa. em relação ao caso.

Obrigado, Presidente Leur. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço, Deputado Boulos.

Passo a palavra à Deputada Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - Obrigada, Presidente.



Quero cumprimentar o Deputado Glauber mais uma vez, quero cumprimentar o Deputado Chico e o Deputado Boulos pelas excelentes intervenções que já muito me contemplaram.

Eu vou ser bastante breve, tendo em vista o que todos, inclusive o nosso querido Milton Temer também, com sua excelente explanação, já disseram, já deferiram bem do que se trata este processo.

Primeiro, quero retomar uma série de casos graves que aconteceram e de condutas gravíssimas por parte de alguns Parlamentares que ou foram imediatamente arquivados neste Conselho de Ética ou tiveram um tratamento tão desproporcional aos fatos que sequer chegaram a ser apreciados pelo Conselho de Ética, considerando que o Presidente da Câmara e a Mesa Diretora nem os enviaram para cá. Casos graves, como o do espancamento da namorada e o de uma Parlamentar, em São Paulo, que colocou uma arma no meio da rua, mirou essa arma contra um homem negro, em pleno processo eleitoral, nunca foram apreciados por este Conselho de Ética. Foi um caso gravíssimo, que chocou a sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, o Partido Novo, que foi o que moveu a ação contra o Deputado Glauber no Conselho de Ética, nunca apareceu aqui. Eu nunca vi uma história como esta: um partido que está diretamente interessado não acompanha, não se interessa. Então, o que está por trás disso? Será que foi uma espécie de legenda de aluguel? Isso porque precisava ser uma legenda para poder entrar com um processo como esse no Conselho.

O Deputado Kim Kataguiri, que se colocava como diretamente afetado, que fez uma série de acusações, que é um dos grandes amigos desse sujeito provocador, bandido, que já foi atrás do Deputado Glauber, mas já foi atrás de diversos outros Parlamentares de muitas outras legendas — e todos eles têm muito a dizer do que se trata a conduta desse Sr. Gabriel Costenaro —, depois do depoimento aqui do Gabriel Costenaro, que foi desmascarado por ter um histórico de violência contra as mulheres, justamente por já ter feito isso várias vezes, por



ter um comportamento reiterado, o Deputado Kim Kataguirí nunca mais apareceu também neste Conselho de Ética. Parece que não se importa mais com o processo.

Além disso, muito se fala do processo de perseguição do Presidente Arthur Lira com relação ao Deputado Glauber. Isso é evidente, tanto que um dos questionamentos feitos ao Milton Temer foi com relação a isso. Mas eu me lembro de um episódio em que o próprio Deputado Arthur Lira, que hoje é Presidente da Câmara, se envolveu, que era uma situação semelhante. Ele estava em plenário, e um Parlamentar, no plenário, ofendeu o pai dele. Aliás, ele se sentiu ofendido, porque o pai dele foi mencionado ali no meio daquela discussão. O que o Deputado Arthur Lira fez à época? Chamou o Deputado para porrada. Foi uma reação instintiva! Mexeu com o pai dele... O que os senhores fariam se alguém mexesse com o seu pai ou com a sua mãe? Qual é a primeira reação imediata? E ninguém, à época, colocou o Deputado Arthur Lira no Conselho de Ética. É óbvio! Entenderam do que se tratava aquela reação que ele teve. E se tivesse vindo para o Conselho de Ética, eu tenho certeza de que não teria sido aberto um inquérito, porque seria algo completamente desproporcional.

Vejam, eu tenho uma série de críticas ao Deputado Arthur Lira. Agora, achar que ele deve ser cassado porque reagiu a alguém que o provocou sobre o pai dele, é óbvio que eu não acho. Acho que ele tem que pagar pelos crimes dele, pela questão do *kit* de robótica, pelo orçamento secreto, por ser autoritário, por rasgar o Regimento. Evidentemente, sim. Mas a punição que ele deve ter é uma punição a partir de um escrutínio popular, do que diz o povo brasileiro. É na política que ele vai ser responsabilizado pelo que ele fez, e não por um processo de perseguição, porque há outros Deputados que não gostam dele, e aí se arma um circo contra o Parlamentar, a ponto de ele ter a sua vida completamente dominada nos últimos meses por conta disso.

Eu queria concluir. Há quantas semanas nós estamos vindo aqui? E estamos aqui, evidentemente. É a nossa responsabilidade! É um caso grave, é uma



perseguição que precisa de resposta. Mas honestamente eu estou aqui e, ao mesmo tempo, tem a CCJ acontecendo, a Comissão de Educação acontecendo, há pontos importantíssimos a serem discutidos no plenário, há uma série de reuniões para receber movimentos, reuniões nos Ministérios. Só que as nossas vidas estão se debruçando sobre esse processo, porque existe um processo de perseguição em curso. É uma injustiça que está em curso.

Agora eu lhes pergunto: e o mandato do Deputado Glauber? É óbvio, ele segue fazendo as atividades, segue com a mesma combatividade, com o mesmo compromisso de sempre, porque o compromisso é com as trabalhadoras e os trabalhadores. Mas é justo que um mandato se debruce tantos meses sobre um tema, sobretudo quando se trata claramente de um processo de perseguição, e mais, quando se trata de uma reação a uma quadrilha que vive sistematicamente fazendo isso com uma série de Parlamentares aqui da Câmara Federal e do Brasil? Como o Deputado Guilherme Boulos muito bem explicou, seria uma premiação dos criminosos e uma vitimização daquele que foi atacado por esses criminosos, por meses. Nós estamos vindo aqui há meses. Nós vamos...

Peço só mais 30 segundos.

É claro que vamos vir aqui quantas vezes forem necessárias. Se este processo durar mais muitos meses, estaremos aqui para evidenciar que se trata de uma injustiça, de uma perseguição e de uma eventual premiação daqueles que, na verdade, são os verdadeiros criminosos.

Mas eu queria, mais uma vez, chamar a atenção para o fato de que este processo já chegou ao nível do absurdo, do insustentável, do inadmissível. Portanto, não há outra possibilidade, senão, que haja uma completa absolvição, porque ele não cometeu nada de errado, não houve nenhuma quebra de decoro, porque o MBL se trata de uma quadrilha, e são eles que devem ser punidos. O Costenaro também é que deve ser responsabilizado. Parlamentares fizeram coisas muito piores, e nada foi julgado neste Conselho de Ética, ou foi automaticamente arquivado. E o próprio Presidente Arthur Lira, que persegue o



Deputado Glauber Braga, já chamou o Deputado para porrada quando mexeu com o pai dele. Por que, com o Deputado Glauber, tem que ser cassação imediata?

Por isso, fica aqui, mais uma vez, o nosso apelo, saudando também, mais uma vez, os movimentos sociais e as entidades por toda a solidariedade que recebemos do Brasil inteiro, dizendo "Glauber fica!" E este processo precisa se encerrar da melhor forma possível.

Obrigada. *(Palmas.)*

(Manifestação na plateia: "Glauber fica! Glauber fica!")

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Por gentileza, peço à plateia que mantenha a ordem, para darmos prosseguimento à reunião.

Não havendo mais quem queira usar da palavra, agradeço a presença virtual do Sr. Milton Temer e declaro finalizada a oitava.

Oitava da Sra. Carolline Sardá Loz.

A Sra. Carolline Sardá Loz encontra-se na sala virtual?

A SRA. CAROLLINE SARDÁ LOZ - Sim, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Para atender às formalidades legais, de acordo com o art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética, passo à leitura do termo de compromisso, em que será declarada pela testemunha a sua concordância.

Termo de compromisso.

Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 5, de 2024, referente à Representação nº 5, de 2024, em desfavor do Deputado Glauber Braga.

Sala de reuniões, em 4 de dezembro de 2024. Carolline Sardá Loz.

A senhora concorda? Está de acordo?

A SRA. CAROLLINE SARDÁ LOZ - Estou de acordo.



O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Passo a palavra ao Relator, o Deputado Paulo Magalhães, para inquirir a testemunha de defesa.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Presidente Leur Lomanto Júnior, Sra. Caroline, senhoras e senhores. Sra. Caroline, qual a sua ocupação?

A SRA. CAROLLINE SARDÁ LOZ - Sou publicitária e atual suplente do Deputado Estadual Marquito, do PSOL de Santa Catarina.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - É filiada ao PSOL?

A SRA. CAROLLINE SARDÁ LOZ - Sim, sou do PSOL.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Qual a sua relação com o Deputado Glauber Braga?

A SRA. CAROLLINE SARDÁ LOZ - Nós somos companheiros de partido e de luta. E também tenho maior relação com a Deputada Sâmia Bomfim, por sermos de movimento semelhante, somos do movimento feminista Juntas!, também.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - A senhora presenciou algum dos fatos descritos na representação?

A SRA. CAROLLINE SARDÁ LOZ - Pessoalmente, eu não estava, mas eu presenciei por todas as redes sociais. Foi amplamente divulgado nas redes, nos jornais, e pude acompanhar as narrativas que foram criadas em cima do caso.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Quer dizer, a senhora tem conhecimento através das redes sociais?

A SRA. CAROLLINE SARDÁ LOZ - Sim, pelas redes sociais, e, por ser uma militante, também já tive contato com pessoas do MBL, que fizeram o mesmo *modus operandi* comigo e com outros políticos.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - A senhora acompanha a atuação do MBL?

A SRA. CAROLLINE SARDÁ LOZ - Sim, eu tenho um estudo bem aprofundado sobre todas as pessoas que eles já perseguiram.



O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Há quanto tempo e qual o seu propósito?

A SRA. CAROLLINE SARDÁ LOZ - O meu propósito aqui é mostrar que nós temos uma repetição de situações, onde o MBL, há muitos anos, há mais de uma década basicamente, escolhe alvos políticos, tanto da Esquerda, quanto da Direita, para conseguir palanque político nas eleições e ter visibilidade nas redes sociais. Como eu sou comunicadora e sou publicitária, o meu estudo é muito mais focado na comunicação nas redes e em como o MBL atua utilizando Parlamentares para ter crescimento político nas redes sociais.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - A senhora tem conhecimento da alegada perseguição de integrantes do MBL ao Deputado Glauber Braga?

A SRA. CAROLLINE SARDÁ LOZ - Sim, tanto ao Deputado Glauber Braga quanto à sua esposa.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Sabe há quanto tempo essa dinâmica vem acontecendo?

A SRA. CAROLLINE SARDÁ LOZ - Olha, eu me lembro de que, em 2017, na verdade, nós já tínhamos o MBL intimidando a Deputada Sâmia Bomfim enquanto ela era Vereadora, a Isa Penna também, em 7 de abril de 2017. Em 22 de junho de 2018, o MBL tentou cassar o mandato da Deputada Sâmia Bomfim por comentários considerados desrespeitosos sobre o Fernando Holiday, que faz parte do MBL. A Deputada Sâmia, na época, chamou Holiday de menino e de "boi de piranha" do Poder Executivo. Por conta disso, eles tentaram cassar o mandato da Deputada Sâmia enquanto ela ainda era Vereadora. Ou seja, já vai fazer quase uma década mesmo.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - A senhora já presenciou ou tomou conhecimento de ataques de integrantes do MBL contra o Deputado Glauber Braga?



A SRA. CAROLINE SARDÁ LOZ - Sim, foi o que aconteceu com o Gabriel Costenaro quando ele foi até a Câmara dos Deputados fazer provocações ao Deputado.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Mas disso a senhora tomou conhecimento pelas redes sociais? Como não presenciou...

A SRA. CAROLINE SARDÁ LOZ - Isso, tanto pelas redes sociais, que foi publicado em todos os jornais, quanto nas próprias redes do próprio Gabriel Costenaro.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - E tem conhecimento de perseguição ou de ataques de integrantes do MBL contra outros Parlamentares? Em caso positivo, poderia descrevê-los?

A SRA. CAROLINE SARDÁ LOZ - Sim. Claro! Eu posso fazer em ordem cronológica, se V.Exa. permitir.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Perfeitamente.

A SRA. CAROLINE SARDÁ LOZ - Em 31 de agosto de 2016, um advogado integrante do MBL teve que indenizar a ex-Senadora Vanessa Grazziotin por agressão. A Vanessa foi agredida verbalmente quando ela chegava ao aeroporto, em razão do seu posicionamento no julgamento do *impeachment* da Dilma Rousseff. Em 21 de dezembro de 2016, a Deputada Juliana Brizola, do PDT, registrou um boletim de ocorrência após ser assediada por um membro do MBL, durante um comício. No dia 10 de fevereiro de 2017, assessores do Fernando Holiday e parte do MBL invadiram uma reunião privada da Vereadora Juliana Cardoso provocando-a e tentando difamá-la nas redes sociais. Como citei anteriormente, no dia 7 de abril de 2017, o MBL intimidou Vereadoras, como Sâmia Bomfim e Isa Penna, após o Fernando Holiday invadir escolas para intimidar professores. Na época, o debate era sobre Escola sem Partido e Escola sem Censura. Em 22 de junho de 2018, o MBL tentou cassar o mandato de Sâmia por conta de comentários relacionados a Fernando Holiday. Em 1º de maio de 2021, o STF manteve condenação do ex-Deputado cassado Arthur do Val por



enganar e ridicularizar entrevistados na Avenida Paulista. Em 2021, o Gabriel Monteiro invadiu uma UPA armado e acordou médicos, em horário de descanso, para gravar as redes e mostrar que a galera estava dormindo em vez de atender a pacientes da COVID, enquanto eles estavam em horário de descanso. Voltando aos Parlamentares, no dia 19 de setembro de 2022, a Deputada Monica Seixas, também do PSOL, prestou queixa contra líderes do MBL por agressão e intimidação. A briga aconteceu entre campanhas na Avenida Paulista, com as presenças de Guto Zacarias e Cristiano Beraldo, do MBL, que faziam campanha no mesmo horário e gerou agressão entre os Deputados. Em novembro de 2022, Siqueira Costa Junior, também do MBL, foi condenado pela prática de difamação, após produzir e veicular, nas redes sociais, vídeos com montagens ofensivas contra Carballal, gravados, editados e publicados sem autorização do Vereador. Em 2022, João Bettega, também do MBL, perseguiu Mara Lima, do Republicanos, e fez perguntas provocativas sobre os gastos dela, para gerar viralização nas redes sociais. Em 26 de setembro de 2022, o Deputado Boulos, que aí está presente, denunciou provocação do MBL com um menor de idade: eles colocaram o menor de idade para provocar o Boulos e criar uma situação. Em 9 de maio de 2023, Arthur do Val invadiu uma ocupação de mulheres, em que eu atuo, vítimas de violência em Campinas, fazendo provocações e ameaças às mulheres presentes, falando que ele era fascista e perguntando o que elas iriam fazer em relação a isso — mulheres vítimas de violência em uma ocupação. Em 14 de julho de 2023, membros do MBL invadiram o prédio da UFSC — e também eu estava presente no dia —, intimidando alunos e agredindo-os. O João Bettega, do MBL, foi expulso pelos estudantes. Nas redes sociais, ele veio a público falar que, pelo menos, o evento deu mídia para o MBL. Isso está comprovado no *podcast Inteligência Ltda.*, onde eles alegam que, felizmente, a expulsão gerou mídia para eles. Em 2023, a Justiça mandou esse mesmo militante do MBL, o João Bettega, retirar do ar um vídeo em que ele entrevistava uma pessoa com espectro autista, de 16 anos, que ele alegava ser comunista e defender a revolução. No dia 3 de



agosto de 2023, MBLs invadiram a PUC São Paulo, provocando estudantes e gravando conteúdo para as redes sociais, fingindo fazer parte da *TV PUC* para conseguir gravar os estudantes. Na época, os militantes do MBL eram Amanda Vettorazzo e Arthur Scarance, que foram os membros. E, no dia 3 de setembro de 2023, o MBL também invadiu a Universidade Federal do Paraná, deixando duas pessoas feridas. Nós temos outros casos também, que eu acredito não entram aqui. Temos também pessoas que já foram até com seguranças armados para dentro de universidades filmar estudantes, invadir escolas, invadir hospitais para filmar médicos. É uma atuação recorrente dos membros do MBL. Como V.Exa. pode perceber, não é de agora que eles escolhem alvos, que são desde a Direita até a Esquerda, em que eles podem ter um palanque político em cima dessas pessoas. Essa é uma estratégia política para ter visibilidade nas redes sociais utilizada pelo MBL, como eu pude citar, desde 2016. Então, é algo recorrente. E, como o Deputado Guilherme Boulos citou recentemente, eu percebo também que o Glauber Braga é apenas o alvo do momento. Talvez, nas próximas semanas, outros Deputados também possam virar alvo ou sejam ainda colocados como cassados também por conta dessa situação em que o MBL coloca os Deputados e os Parlamentares em geral.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Sra. Caroline, em relação à situação que acabou de descrever, alguns dos Deputados ou alguns dos Parlamentares envolvidos teriam se excedido ou reagido de forma desproporcional às provocações?

A SRA. CAROLINE SARDÁ LOZ - A maioria foi filmada fazendo respostas mais agressivas verbalmente mesmo, até porque a agressão não é apenas física; ela também pode ser verbal.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - E a senhora julga que foram desproporcionais às provocações?

A SRA. CAROLINE SARDÁ LOZ - As provocações do MBL sempre atentam contra as famílias das pessoas, dos políticos, dos Parlamentares. Eu



acredito que quando você tem a sua família atacada ou até mesmo a sua honra atacada, como aconteceu com a Mara Lima, do Republicanos, você acaba respondendo de uma forma mais agressiva, sim. Não se espera que a pessoa seja dócil ou diminua o seu tom de voz quando alguém está atacando sua mãe, seu pai ou até mesmo seu filho.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - A senhora tem conhecimento de algum outro caso em que as provocações dos integrantes do MBL a um Deputado Federal que não o Boulos tenham resultado em agressão física?

A SRA. CAROLLINE SARDÁ LOZ - Sim, o da Deputada Monica Seixas, que prestou queixa contra os líderes do MBL em 19 de setembro de 2022 por agressão e intimidação.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Sr. Presidente, quero agradecer à Sra. Caroline. Eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Leir Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço, nobre Relator.

Passo a palavra ao Deputado Glauber Braga e ao seu advogado para inquirem sua testemunha.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, algumas perguntas que eu vou fazer podem parecer repetitivas, mas é importante registrá-las. Antes, eu queria contextualizar. Está aqui neste plenário Luiz Carlos Moreira. Luiz faz política junto comigo, e eu junto com ele, há 25 anos. Ontem — eu não disse a ele quealaria isso — ele chegou a Brasília e sentou para tomar um café comigo. Ele me disse: *"Eu sei que você não vai aceitar, mas eu queria te fazer uma proposta: não ande mais sozinho dentro do espaço da Câmara"*. Luiz, amigo que é, companheiro, com a fraternidade que nós temos, sabia que não ia aceitar isso. Eu não posso aceitar isso como se fosse algo natural, banal. Isso vem depois de, na semana passada, depois daquela sessão onde eu evidentemente fiquei muito emocionado — aniversário da minha mãe, fala da Deputada Luiza Erundina



— e, saindo do almoço com a cabeça em algum outro lugar, mais uma vez, dois provocadores com câmera em punho — dois, um posicionado em cada ponto. E aí a responsabilidade não é da polícia legislativa — quero deixar isto aqui registrado —, porque eles chegaram num tempo relativamente curto. A responsabilidade é do MBL, porque é um sujeito formado pelo MBL. "Ah, mas não está mais no MBL." Mas foi a mesma formação. Iniciou a sua atuação política lá. E, nesse sentido, eu quero perguntar, Carolline, já agradecendo por ter aceitado estar presente como testemunha: você estudou detalhadamente o *modus operandi* do MBL. Você pode explicar para a gente, mais uma vez, como é que eles costumam abordar figuras públicas da Esquerda e como é que funciona essa estratégia deles?

A SRA. CAROLLINE SARDÁ LOZ - Perfeito. Muito obrigada, Deputado Glauber Braga. O *modus operandi* do MBL segue uma estratégia bastante clara e repetitiva para criar conteúdos polêmicos e virais nas redes sociais. A ideia central é provocar uma reação descontrolada da pessoa atacada e, em seguida, usar essa reação para se promover e expor a vítima negativamente. Eu posso elencar como que funciona etapa por etapa dessa estratégia. A primeira etapa é a escolha do alvo. O MBL foca principalmente em políticos, militantes e figuras públicas da Esquerda, como PSOL, PT e outros partidos progressistas, mas, como citei antes, temos também pessoas do PDT, do Republicanos. É quando eles encontram alvos que ideologicamente estão em oposição ao grupo que eles defendem. O objetivo é causar desgaste ou constrangimento político dessas figuras. Em segundo momento, eles iniciam a provocação. A abordagem começa com perguntas provocativas e até mesmo toscas, às vezes. Eles geralmente se aproximam do alvo de forma agressiva, usando o celular para filmar sem pedir permissão. Eles já chegam te filmando. As perguntas são feitas para irritar a pessoa, muitas vezes, com um tom irônico, debochado ou até mesmo ofensivo e agressivo. É comum questionarem políticas progressistas ou jogarem acusações sem fundamento, com o objetivo de deixar a pessoa desconfortável, atacando o pai, a mãe, o filho, pessoas próximas ou políticas acerca das quais eles discordam



desse alvo. Em terceiro, começa-se uma intimidação. Durante essa abordagem, o MBL busca intimidar o alvo. Eles se aproximam com câmeras; falam alto; cercam a pessoa e forçam a interação, mesmo que você não queira. Isso acontece tanto com os Parlamentares quanto com estudantes, em universidades públicas, e até com médicos, em hospitais. Mesmo que as pessoas queiram sair da situação, o MBL cerca essa pessoa e força a interação com eles de maneira agressiva. A ideia dessa intimidação do MBL é criar um ambiente tenso, hostil, onde o alvo se sinta acuado, com medo e, eventualmente, perca a razão. Isso é estratégico. Depois entra a parte da divulgação dessa situação nas redes sociais, que começa com a filmagem e a edição manipulada dos fatos. Toda a interação feita é gravada. Se a pessoa reage de maneira mais exaltada, levanta a voz, tenta se afastar, empurra, (*falha na transmissão*), esse é o momento que o MBL está esperando. É literalmente o momento em que eles vão fazer um corte para as redes sociais falando que eles foram agredidos pela pessoa. No entanto, como eu falei, os vídeos são editados para cortar o contexto completo. Então eles começam te filmando, filmam toda a situação, mas depois eles focam apenas na parte onde o alvo parece estar descontrolado ou agressivo. A provocação inicial e as perguntas provocativas muitas vezes são minimizadas ou até mesmo removidas dos vídeos. Quando você vai entrar nas redes sociais de qualquer um do MBL, Kim Katagiri, Gabriel Costenaro... O próprio Gabriel Costenaro, que atacou V.Exa., tem mais de 13 vídeos no perfil dele atacando diversas pessoas, tanto civis quanto políticos, no seu canal do Youtube, onde ele mesmo diz ser o mais polêmico do Rio de Janeiro. Depois inicia-se a divulgação sensacionalista. Com o vídeo editado em mãos, todo recortado, com os cortes sensacionalistas, os membros do MBL rapidamente postam nas redes sociais, muitas vezes com legendas sensacionalistas e distorcidas, dizendo: "*Veja, fui agredido pelo comunista!*" "*Veja, eles me agrediram na manifestação na Paulista!*" "*Observe como a Esquerda é descontrolada!*" Eles tentam pintar a pessoa como descontrolada, agressiva e intolerante, enquanto eles se colocam no papel de



vítimas e defensores da verdade. Só que a verdade está sendo manipulada por eles. O conteúdo, então, é replicado em várias contas do grupo para alcançar o máximo de engajamento. Eles possuem um ecossistema próprio, onde eles propagam esses vídeos em cortes nos seus canais do Youtube, nas suas redes sociais, em TikTok, Instagram e pelo WhatsApp, propagando essa desinformação. E, por último, nós temos a viralização e o palanque político. Esses vídeos são distribuídos em massa e rapidamente viralizam nas redes, gerando debates inflamados. Para quem não conhece o termo "viralização", é quando você tem um grandessíssimo alcance em cima de um factóide que foi criado pelo MBL. O MBL usa essa viralização como uma ferramenta de *marketing* político. É uma forma que eles utilizam para se eleger e para ter mais credibilidade perante a sua própria audiência nas redes e os seus eleitores. Ao fazer o adversário parecer instável ou agressivo, eles ganham visibilidade e tentam conquistar a simpatia do público, apresentando-se como defensores da ordem ou protetores do cidadão. Então, resumindo, nós temos uma estratégia voltada para provocação, intimidação, filmagem, edição, divulgação e viralização. Essa estratégia é desenhada para desestabilizar os adversários e criar uma imagem negativa deles. Enquanto o MBL usa a exposição para se promover como heróis ou vítimas, mesmo eles sendo os provocadores iniciais, mesmo eles indo às manifestações e filmando as pessoas, mesmo eles indo atrás dos Parlamentares na Câmara dos Deputados... Sempre quando eles vão postar nas redes sociais, você encontra eles falando: *"Olha, eu apanhei do Deputado tal"*. *"Eu apanhei dos militantes da manifestação tal."* *"Apanhei dos estudantes na USP."* *"Apanhei dos estudantes na UFSC."* Se você pesquisar no Google: "MBL apanha", você encontra diversos vídeos, dos mais diversos militantes do MBL, que partem desde o Gabriel Monteiro, que nós sabemos que foi preso criando factóides — ele desenvolvia factóides, pagava pessoas para criar vídeos nas redes, pagava até mesmo pessoas em situação de rua para roubar bolsa e ele se mostrar como um herói —, a até mesmo Arthur do Val, que também faz isso em suas redes. Kim Kataguirí é um dos que pouco faz



também, mas é um que compartilha os vídeos, (*falha na transmissão*). Fernando Holiday também segue o padrão. É um ciclo repetitivo e com frequência. Como eu trouxe para vocês aqui em ordem cronológica, nós estamos vendo eles repetindo isso desde 2016, e nada é feito. Mudam as vítimas, mas não se muda a estratégia. Cada novo vídeo segue a mesma lógica, sempre buscando um novo alvo ou uma nova situação para criar conflito e criar um factóide. E é exatamente esse padrão de provocar, filmar e expor que tem seguido o MBL desde o início de sua fundação. Então, como V.Exas. podem observar, é uma estratégia política. Se Glauber Braga foi o alvo do momento, amanhã será outro: pode ser do PDT, pode ser do Republicanos, pode ser do PSOL, pode ser do PT ou até mesmo do Partido Novo, que está entrando com essa cassação. Pode ser o NOVO. Se o NOVO entrar em conflito com as ideologias do MBL, um Parlamentar do NOVO será perseguido na Câmara dos Deputados com um celular gravando toda a situação e criando um factóide nas redes sociais! Então, o objetivo dessa estratégia, Excelências, é desestabilizar figuras da Oposição e fortalecer a imagem do MBL como um movimento político relevante e forte. Mas eles só querem criar narrativas, criar factóides, e isso é perigosíssimo para o debate público, porque eles estão cada vez mais polarizando e tornando o debate público agressivo, violento. Se vocês forem pesquisar o MBL nas redes, vocês encontrarão muito mais eles invadindo e dizendo que eles apanharam de "x" ou "y" do que eles promovendo política, política real. Quando se fala de banditismo, é exatamente isso. O MBL não está fazendo política. Ele está promovendo desgaste da imagem política de quem realmente faz política. Então, é essa a estratégia política do MBL, é esse o *modus operandi* do MBL. Se, hoje, qualquer um dos senhores entrar e se filiar ao MBL, vai aprender essa estratégia para se eleger. Gabriel Costenaro escolheu Glauber Braga única e exclusivamente com a intenção de se eleger no Rio de Janeiro, assim como Guilherme Boulos é do Estado de São Paulo e era perseguido por Arthur do Val. Então, nós temos militantes de determinados Estados que escolhem Deputados eleitos que já têm uma carreira política para



crescer em cima da imagem política desses Deputados. Mudam os militantes, mudam os Estados, mudam os políticos, mas o *modus operandi* é o mesmo. Por isso, eu digo que, se essa cassação for feita, estamos legitimando uma prática violenta na política brasileira. Nós estamos legitimando uma prática antidemocrática, porque se filma o Deputado que está fazendo sua atividade parlamentar, que está fazendo sua atuação política para crescer em cima desse Deputado nas redes sociais e simplesmente ser eleito ou ter visibilidade, sabem? Então, é isso. Esse é o *modus operandi* do MBL, que alimenta esse ciclo de violência pelos seus próprios membros.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado, Carolline. Eu quero fazer uma última pergunta que foi iniciada pelo Deputado Paulo Magalhães, mas eu queria reforçá-la e ir direto ao ponto. Dado o histórico do MBL de usar essas táticas, você considera que a minha reação, ao expulsar o membro do MBL, foi uma forma legítima de proteger o ambiente e evitar manipulações futuras?

A SRA. CAROLLINE SARDÁ LOZ - Sim, Deputado. Eu tenho plena convicção de que foi uma forma legítima de tentar evitar que ele criasse factoides em cima de V.Exa. Nós sabemos que o MBL tem essa prática de criar factoides, e é importante que eles não estejam nesses espaços com as pessoas cuja imagem eles querem utilizar para criar palanque político em cima dessas pessoas. O MBL invade lugares, atenta contra civis, contra políticos, e ninguém faz nada! E, quando alguém reage de uma forma que eles consideram agressiva... Eu vi os vídeos. O Gabriel Costenaro sai rindo da expulsão. Ele sai com o rosto de quem conseguiu o que queria. Isso é muito triste, porque V.Exa. só estava retirando ele da Câmara dos Deputados, enquanto ele estava rindo. E daí entram com uma cassação, enquanto ele sai dessa suposta agressão — eles alegam ter sido agredidos — rindo. Quem sai de uma agressão rindo, debochando, ainda se filmando para as redes sociais?! Isso é extremamente estratégico! Eu atendo vítimas de violência todos os dias, Excelência, e eu não vejo as vítimas de violência saindo rindo e debochando da situação; eu vejo essas pessoas que



foram agredidas traumatizadas, abrindo boletim, indignadas. Mas, se vocês pegam a gravação do exato momento em que Gabriel Costenaro é expulso, ele está rindo! Ele está debochando! Que agressão é essa que a pessoa sai rindo da situação?! E isso em todas as situações que vocês forem pesquisar. Então, eu acredito que foi legítimo. E acredito que foi legítima defesa, Glauber, até porque a agressão, como eu falei antes, não é simplesmente física; ela também pode ser moral; ela também pode ser verbal. Você também pode ter sido agredido muito antes de você ter revidado apenas empurrando-o para fora do local e, se eu não me engano, dando uma rasteirinha, uma coisa que se faz até numa pelada de futebol, sabe? Ele não cai, não acontece nada, não há absolutamente nada que comprove que ele se sentiu agredido, porque ele mesmo começa a rir depois. E você consegue ver isso comprovado nas gravações: ele rindo! Então, eu acredito que foi em legítima defesa, assim como outros Deputados também agiram em legítima defesa.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Carolline, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço ao Deputado Glauber.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Deputado Chico Alencar, que irá inquirir a testemunhar por até 10 minutos.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Vou tentar ser breve. Carolline, obrigado. Você é uma estudiosa das táticas e do sentido do Movimento Brasil Livre — MBL, de extrema direita. Você nos deu uma aula aqui sobre o *modus operandi* desse movimento. Fiquei me lembrando, na minha condição de velho professor de história, de alguns grupos na ascensão do nazismo na Alemanha; do fascismo na Itália; na Espanha, do generalíssimo Franco, *caudillo de España por la gracia de Dios* — olha o Deus sendo usado aí; e, mesmo em Portugal, do integralismo de Oliveira Salazar, na primeira metade do século passado. Também na ascensão desses movimentos extremamente autoritários havia grupos mais ou menos organizados de instigação política, de provocação,



que tinham a sua indumentária, as suas táticas. Claro que agora os tempos são outros, a tecnologia mudou, os instrumentos para constranger, provocar, oprimir politicamente são outros, mas há muita proximidade na vontade de impor um procedimento autoritário e de destruir quem eles elegem como adversários. Eu faria, agradecendo a sua explanação aqui, uma única pergunta: como conter esse tipo de movimento? Como reagir a eles? Porque eu também, em grau menor do que o Glauber, do que o próprio Deputado Tarcísio Motta, que está aqui ao meu lado, e outros tantos... Você fez um elenco das agressões desse movimento, dos seus agentes fascistoides, mas como a gente deve reagir? Eu já estudei várias tentativas, e eles chegam de fato com perguntas que são acusações extremamente agressivas. Não responder, ficar calado... Eu sei que o Tarcísio também, como um bom professor, já queimou as pestanas para ver como reagir, qual é a melhor tática, mas é difícil, porque eles constroem. O que você, como estudiosa desse tipo de movimento nefasto, antidemocrático, sugeriria para nós os combatermos? E o papel da monetização nessa instigação deles, para, como você disse, gerar conteúdos polêmicos e virais? Como agir? Nós temos um projeto de lei aqui na Câmara para impedir a monetização dessas plataformas, sobretudo por agentes públicos e com sentido político mais definido, mas seria importante você deixar aqui, ainda que em síntese, uma série de propostas para a gente inibir e acabar com esse tipo de iniciativa sinistra, terrorista, nefasta, golpista, enfim, todos os adjetivos negativos que a eles cabem. Obrigado.

A SRA. CAROLINE SARDÁ LOZ - Então, Excelência, é muito difícil pensar uma forma de reagir, quando o MBL tem uma estratégia tão bem definida há tanto tempo, e nada é feito há tanto tempo. Nós podemos desde desmonetizar os canais que lucram com a visibilidade política que as pessoas têm tido; nós podemos remover as postagens das redes; nós podemos processar os fundadores e cofundadores do MBL, como já aconteceu em 2 de junho de 2020. O Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo processaram o cofundador do MBL por difamação da Polícia Civil do Estado de São Paulo, e o STF já o



condenou também por enganar e ridicularizar entrevistados na Avenida Paulista. Mas nós precisamos coibir essas práticas de acontecerem. Nós não podemos permitir que essas pessoas invadam lugares políticos, instituições para filmar sem o consentimento das pessoas. Eles já estão fazendo uma prática criminosa, que é você filmar pessoas sem a autorização delas. Eles filmam Parlamentares porque são pessoas públicas, mas nenhum Parlamentar está autorizando eles a filmarem, postarem nas redes sociais para ter um crescimento político em cima das suas imagens. Então, desde projeto para a regulamentação das redes sociais... É extremamente importante a gente regulamentar as redes sociais. Sendo uma publicitária, estudando comunicação das redes, entendendo a atuação da extrema direita — porque o MBL não é de direita. Eu sei que Parlamentares de direita não se sentem representados pelo MBL. Já conversei com vários, e todos falam que repudiam as atitudes desses militantes, se é que podemos chamar assim esses baderneiros... Mas precisamos regulamentar as redes. Nós precisamos regulamentar, para que não seja permitido utilizar esse tipo de estratégia em campanhas eleitorais, que seja utilizada essa estratégia para desgastar a imagem política dos Parlamentares, que seja utilizada essa estratégia para invadir hospitais durante a COVID para filmar médicos. Eles utilizam tudo isso, pessoal, para filmar e colocar nas redes! Nós precisamos regulamentar as redes sociais por isso, porque eles estão literalmente gravando a imagem de todos os senhores e de V.Exas. para ter crescimento nas redes deles! Com a própria imagem, com as próprias pautas, com as próprias políticas, eles não possuem crescimento algum, pois eles não têm políticas, eles não têm propostas! Eles usam as imagens de V.Exas. para mostrar que eles são heróis! Então, nós precisamos regulamentar as redes sociais, desmonetizar esses canais e processar essas pessoas e os fundadores desse movimento, porque isso é uma estratégia danosa para a democracia brasileira! A forma que o MBL atua nas redes sociais é violenta, é agressiva e, principalmente, é estratégica! Nós sabemos que nós vamos ter uma eleição novamente nos próximos anos e isso vai se agravar ainda mais, porque



eles não estão sendo punidos por isso; eles não estão perdendo suas redes por isso; eles não estão sendo desmonetizados por isso. Além do lucro político que eles ganham na imagem de V.Exas., eles têm a monetização de suas redes. O próprio Gabriel Costenaro — eu fiz uma pesquisa no canal dele, do Youtube, que é uma das redes dele com maior repercussão — se denomina como o mais polêmico do Rio de Janeiro e ele criou esse canal única e exclusivamente para intimidar e provocar pessoas nas ruas. Eu tenho uma planilha com 19 vídeos onde ele está provocando pessoas aleatórias e políticos para ter crescimento nas redes e ter crescimento político e ser eleito com isso! A pessoa não é eleita pelas suas pautas, pela sua política, pela sua forma de fazer política, não; é eleita porque parece um herói intimidando e provocando civis e políticos nas ruas! Não se colocam propostas no perfil de Gabriel Costenaro; colocam-se vídeos intimidando e provocando pessoas, desde civis a políticos, inventando factoides! Honestamente, nós precisamos coibir os membros do MBL de fazer esse tipo de coisa, porque eles vão ser eleitos e eles vão cassar o mandato de outras pessoas, sendo que eles foram eleitos provocando e intimidando essas pessoas! Isso é o cúmulo do absurdo que nós estamos vendo na democracia brasileira! Eles se elegem intimidando e provocando quem futuramente eles vão tentar cassar o mandato! E nós vemos isso na situação de Sâmia Bomfim, que, enquanto era Vereadora, era constantemente intimidada e provocada pelo MBL, junto com nossa companheira Isa Penna, onde eles invadiam os espaços onde elas estavam, eles descobriam onde elas iam se manifestar, onde iam ter eventos, onde iam ter reuniões e chegavam já filmando! E depois, o que eles faziam? Tentavam cassar o mandato delas. Fernando Holiday fez isso quando intimidou as Vereadoras no 7 de abril de 2017, e, depois, no dia 22 de junho de 2018, tentaram cassar o mandato dela enquanto Vereadora por chamar o Holiday de menino e de boi de piranha do Poder Executivo. Esse foi motivo suficiente para o Holiday, que intimidava a Sâmia anteriormente, filmando-a e perseguindo-a, tentar cassar o seu mandato, quando ele finalmente chegou ao poder! Então, os senhores não acham



irônico que eles utilizem a imagem de V.Exas. para se eleger e depois, quando eles são eleitos, tentem cassar o mandato de V.Exas.? E isso tanto de pessoas da Direita quanto da Esquerda. Basta você ter uma oposição ideológica a eles que eles vão te perseguir, eles vão te intimidar. E você não precisa nem ser um político! Nós estamos aqui falando que nós estamos vendo Deputados e Vereadores tendo seu mandato cassado por conta do MBL, mas e a sociedade civil que está sendo ameaçada, intimidada e perseguida pelo MBL, que não tem o mesmo poder que V.Exas. têm para coibir esse tipo de coisa? Eu mesma sou uma cidadã que não tenho poder político algum, mas também sou intimidada e provocada pelo MBL constantemente! Então, como que nós vamos evitar isso? Regulamentando as redes. Eles só conseguem crescer politicamente pelas redes sociais! Eles criaram um ecossistema nas redes que se alimenta e se nutre de ódio e violência, que é ir atrás das pessoas civis e políticos para intimidar, provocar e postar nas suas redes! E as provas, Excelências, estão em todas as redes desses Deputados, Vereadores e militantes do MBL. As provas contra todos os Deputados, contra todos os civis, estão nas redes deles. Não por pouco, o Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo processou o cofundador do MBL por difamação da Polícia Civil. Então, aqui nós estamos falando da gravidade! Os delegados estão se sentindo difamados! A polícia está se sentindo difamada pelo MBL! E o que é feito? O STF condena, o outro vai lá e processa, mas o que nós podemos fazer organizadamente para evitar que eles continuem fazendo isso? Porque as eleições estão batendo à porta novamente. E nós vamos ver mais Deputados, não apenas Glauber Braga, mas mais Deputados serem alvo do MBL e serem utilizados como palanque político para eleger esses Deputados, para, depois, eles tentarem cassar o mandato desses Deputados. Então, por isso que eu digo: a regulamentação das redes é extremamente importante e eficaz nisso. Essa é uma estratégia antiga, e até hoje nós vemos isso se repetindo: muda o alvo, muda o partido, mas a estratégia continua. Então, nós vamos ter políticos processando o MBL. Nós vamos ter *(falha na transmissão)*



processando o MBL. Nós vamos ter o STF condenando o MBL. Nós vamos ter o MBL tendo o mandato cassado, como o do Gabriel Monteiro e o do Arthur do Val, que criavam muito conteúdo nas redes sociais manipulando factoides. Isso foi comprovado nas redes deles mesmos. E o que nós vamos fazer? Nós vamos punir as vítimas, mas nós nunca vamos punir os perseguidores? É praticamente um *stalking* o que esses caras fazem com os políticos, com os cidadãos. É praticamente uma perseguição mesmo. E eles perseguem única e exclusivamente por questões ideológicas divergentes e não porque eles têm uma proposta diferente de Sâmia Bomfim, uma proposta diferente de Guilherme Boulos, uma proposta diferente de Juliana Cardoso, de Juliana Brizola, de Mônica Seixas, de Mara Lima. Não! É porque eles querem utilizar a imagem dessas pessoas que já têm uma imagem política consolidada para crescerem em cima dessas pessoas nas redes. E aí que vocês precisam entrar. Vocês precisam regulamentar as redes, porque, senão, cada vez mais vai aumentar a violência. No início os Parlamentares, os civis apenas respondiam, falavam: *"Não, eu não fiz isso, eu não sou essa pessoa. Não ataque a minha família, não ataque o meu filho, não ataque o meu irmão, não ataque o meu pai, a minha mãe, não ataque políticas que você discorda simplesmente com ódio, com bÍlis"*. Mas, agora, está começando a virar realmente agressão física. Estamos tendo que empurrá-los para fora, estamos tendo que tirá-los dos espaços, estamos tendo que expulsá-los dos lugares, porque, senão, o que vai acontecer? Gente, preocupa-me muito que alguém em algum momento morra por causa do MBL, da forma que eles perseguem pessoas civis e políticos, de acontecer uma briga tão feia nas ruas, em manifestações, em atos, ou até na Câmara dos Deputados, e alguém tirar uma arma e atirar, porque eles mexem com a inteligência emocional das pessoas. Quando fala da sua mãe, quando fala do seu pai, quando atenta o seu filho, quando fala para você que sabe o seu endereço, que sabe o endereço do seu filho, você é capaz de tudo para proteger essas pessoas. Então, eles mexem com a inteligência emocional das pessoas porque eles sabem que não vai acontecer nada. Eles veem a impunidade



desde 2016, e a impunidade de continuar postando nas suas redes provocações. Então, eu digo aqui, até para quem não é de esquerda, pesquise: *MBL apanha; MBL persegue*. Você vai encontrar centenas de situações. E é absurdo como eles simplesmente têm a coragem de postar nas suas redes as provas dos crimes, porque nada vai acontecer. Eles postam perseguindo as Vereadoras, eles postam perseguindo os Deputados. Só que eles nunca postam as perguntas que eles fazem. Eles nunca postam a forma que eles chegam. Eles nunca postam a autorização de imagem dessas pessoas, até porque são figuras públicas. Então, para eles é muito tranquilo você pegar um Deputado, que é uma figura pública, filmar sem o consentimento dele, utilizar a imagem dele e depois dizer: *"Eu sou uma vítima da situação. Eu persegui esse Deputado até ele sair da razão, mas eu que sou a vítima da situação"*. Percebam: é estratégia, gente, é manipulação política. Isso é uma estratégia de *marketing* político. E eu falo isso como publicitária, como alguém que estudou desde a propaganda de Joseph Goebbels até Edward Bernays. Isso é estratégia antiga. E não por pouco, V.Exa., Deputado, que é historiador, citou a Alemanha nazista. Isto é estratégia nazista: você provocar, intimidar e perseguir políticos de que você discorde ideologicamente para expor. A propaganda é extremamente importante dentro da política. E, por isso, nós precisamos regulamentar as redes, porque é por essa propaganda que eles têm um braço invisível dentro do Governo que vocês acabam, às vezes, não percebendo. É a propaganda do MBL em cima de outros Deputados, em cima de civis que faz com que eles sejam reeleitos em todas as eleições, porque eles não estão sendo reeleitos por propostas ou pautas que eles mesmos fizeram em suas redes. Não! Eles estão sendo reeleitos porque eles são os heróis que perseguem Deputados de esquerda, Vereadores de esquerda, são os heróis incompreendidos: *"Ah, eu fui a uma manifestação de esquerda, e eles bateram em mim"*. Mas cadê os vídeos batendo? Cadê as agressões? Não, não tem. Se vocês entrarem nas redes sociais de todos esses que eu citei, Lucas Pavanato, atual Vereador mais votado de São Paulo, se entrarem no perfil de Arthur do Val, na



época em que ele ainda era Deputado, se entrarem no perfil de Kim Kataguirí, de Holiday ou de qualquer outro membro do MBL, como o próprio Gabriel Costenaro, o que foi perseguir o Deputado Glauber Braga, vocês vão ver que, única e exclusivamente, eles só postam perseguição de pessoas. Eles perseguem civis nas ruas, nas universidades, nos hospitais, e até mesmo a polícia eles perseguem, e nada é feito. Gabriel Costenaro não tem o seu perfil monetizado, o seu canal do Youtube monetizado, lucra financeiramente com a imagem de V.Exas. e não tem suas páginas derrubadas por nada. E se tiver, aí entra outra estratégia política, V.Exas., que é a da censura, que é a estratégia de *"eles vão me calar, eles estão me calando, eles estão derrubando minhas páginas, eles estão tirando o meu direito de liberdade de expressão, de perseguir pessoas, de invadir espaços, de filmar estudantes sem o consentimento deles"*. Não há explicação nenhuma para militantes do MBL invadirem a PUC e fingirem ser da TV PUC para filmar estudantes sem o consentimento deles, enquanto eles estão em horário de aula, enquanto eles só iam usar isso nas redes sociais para se eleger nas eleições municipais. E isso está sendo permitido tranquilamente, que eles continuem perseguindo, assediando, indo atrás de V.Exas., porque nada é feito. As redes não são regulamentadas, os canais continuam sendo monetizados. E se derrubarem o vídeo, se processarem, vem a nova estratégia política da censura, da mordaza, porque vocês não têm o direito de se sentir injuriados. É isso, é a regulamentação das redes, porque, como já diria Edward Bernays, a propaganda é o braço executivo do Governo invisível. Então, nós precisamos regulamentar as redes para que nós não tenhamos novas vítimas do MBL nas próximas eleições ou nos próximos dias, porque, se nós não regulamentarmos, novos Gabrieis Costenaros vão nascer, novos militantes vão entrar no MBL, vão ter uma aula dessa estratégia que eu acabei de passar para vocês, que é uma estratégia do MBL mesmo, e vão continuar fazendo isso com outros Deputados. Vocês vão ter os mandatos cassados e os alvos vão mudando. Quando eles tirarem todos os de esquerda, eles vão começar a ir atrás de vocês de direita, porque, daí, vocês vão



ser a oposição deles dentro da Câmara dos Deputados, vocês vão ser a oposição deles dentro da Câmara de Vereadores. Então, por enquanto, para os partidos de direita, parece muito tranquilo o que o MBL tem feito, mas até a hora em que chegar em vocês, pois já chegou até na Polícia Civil. Então, vamos esperar o quê?
(Palmas e apupos.)

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Deputado Chico, V.Exa. pode assumir aqui a Presidência? Vou ter que me ausentar por 1 minuto.

Passo a palavra para a Deputada Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - Obrigada, Presidente. Primeiro, eu quero cumprimentar e parabenizar a Caroline Sardá pela brilhante explicação detalhada, com exemplos, com histórico de ações criminosas por parte de membros do MBL, tanto de ataques nas redes, mas, sobretudo, ataque a figuras públicas do PSOL e de outros partidos, ou seja, essa técnica de chegar intimidando, provocando, criando uma situação de constrangimento e, depois, faz vídeos e edições nas redes sociais para simular que a pessoa estaria completamente descontrolada e agressiva, ou seja, eles provocam, eles criam a narrativa e, depois, a difundem e, em alguns casos, como ela bem disse, disputam as eleições. E, em alguns casos, porventura, ganham as eleições, porque, talvez, tenham eco em algum setor da sociedade. Felizmente, o criminoso que veio aqui depor no primeiro dia não logrou êxito nessa tentativa de se eleger como Vereador da cidade de Rio de Janeiro. Aliás, fez o que fez com o Glauber poucos meses antes e utilizou isso nas suas redes sociais como discurso de campanha. Foram mais de 30 vídeos de diferentes abordagens, de diferentes espectros políticos, fazendo disso uma autopromoção para tentar se eleger, e não conseguiu. Felizmente, o povo do Rio de Janeiro teve essa sabedoria. Mas eu queria, para além disso, que a Caroline pudesse discorrer um pouquinho mais a respeito de uma das especificidades da atuação violenta do MBL, que é contra mulheres. Você, Caroline, é uma militante feminista, uma estudiosa do feminismo, entende



muito do tema, é uma grande inspiração para milhares, para não dizer milhões de mulheres brasileiras em função da sua militância e do seu conhecimento. O MBL é o grupo do Gabriel Monteiro, que foi cassado — não é, Deputado Chico? —, como ex-Vereador do Rio de Janeiro, entre outras coisas, por violência sexual contra crianças e adolescentes, meninas. Arthur do Val, ex-Deputado Estadual de São Paulo, do MBL, cassado por provocar, humilhar, assediar refugiadas de guerra. Gabriel Costenaro, o agressor do Glauber, além de ser agressor do Glauber, é agressor da ex-namorada dele, com violência, com ameaças, com constrangimento. Ele, inclusive, não soube responder sobre isso. E, quando respondeu, respondeu muito mal. E ela citou algumas das vezes em que alguns dos membros do MBL me agrediram quando eu era Vereadora em São Paulo. Lembrei-me, Carol, de um episódio, quando eu estava na Avenida Paulista, na campanha de 2022, essa desse nosso pleito, e eu estava com o meu filho no colo. Ele tinha 1 ano e 3 meses à época. Fui abordada e agredida por um membro do MBL. Eu estava com o meu filho no colo, uma criança de 1 ano. Nem com isso eles se importaram, seguiram com esse método e ainda fizeram uma edição, publicaram o vídeo com as imagens do meu filho, sem nenhum tipo de autorização, evidentemente, e tentaram fazer disso peça publicitária de campanha. Uma semana depois, e esse episódio a Carol citou, eles abordaram a Deputada Mônica Seixas. Eram 35 membros do MBL — isso foi noticiado pela imprensa, se vocês derem um Google vocês vão encontrar — e eles agrediram, com socos nas costas, a Deputada Mônica Seixas, naquela eleição também de 2022. Eram membros do MBL. Não sei se ele é Deputado. Acredito que sim. O Deputado Guto Zacarias é quem estava liderando essa ação criminosa. Veja, há um método de agressão, de violência, de intimidação, de perseguição também contra mulheres. Eles são orientados sob uma ótica machista, sob uma ótica misógina, também, é claro, como uma forma de tentar criar essas edições e organizar uma turba mais violenta das redes sociais. Mas isso também mostra a indisposição que eles têm, para dizer o mínimo, em respeitar as mulheres como



elas devem. Eles escolhem mulheres como alvo, mesmo quando não são mulheres que estão diante deles. Na abordagem com o Deputado Glauber, eles falaram de quem? De D. Saudade Braga, da mãe do Glauber. Na abordagem com o Fábio também, que é o assessor do Glauber, também foi com relação à mãe dele. Então, o tempo todo, eles não fazem nenhuma questão de esconder a postura machista, misógina, e fazem disso também um instrumento de perseguição. Gostaria, Carol, que se você pudesse abordar um pouco a respeito disso, eu acho que é importante para nós sabermos exatamente o caráter, o perfil e de quem nós estamos falando, considerando, para concluir, Presidente, que pode haver uma possibilidade, ao final deste Conselho de Ética, de que essas pessoas sejam premiadas pelas ações que eles cometem e que a vítima, que é o Deputado Glauber, seja cassado, porque é isso que eles estão propondo e é isso o que esse inquérito está discutindo. Eu, mais uma vez, portanto, rogo o bom senso do nosso Relator, dos membros do Conselho de Ética, para que não perpetuem essa injustiça e que o machismo não seja premiado. Gostaria que você falasse um pouco sobre isso, Carol.

A SRA. CAROLINE SARDÁ LOZ - Perfeito, Excelência. A questão das mulheres dentro do MBL é algo bem grave mesmo, porque, como V.Exas. puderam perceber, durante a minha fala, a maioria das Deputadas e Vereadoras que foram perseguidas pelo MBL são mulheres. Raras são as situações onde eles estão perseguindo homens. E isso se dá também pela questão do machismo mesmo do próprio MBL de nos ver como alvos fáceis para essas agressões, acreditando que nós não iremos revidar, que nós não temos força para revidar, enquanto eles invadem até mesmo ocupações de vítimas de violência, como aconteceu em Campinas. Existe uma ocupação do coletivo Olga Benario, que se chama Ocupação Petit, e lá o Arthur do Val invadiu, arrancando bandeira que tinha na porta de entrada, chamando as mulheres para a briga, filmando tudo e falando: *"Eu sou um fascista, vocês não vão fazer nada?"* O mesmo Deputado que teve mandato cassado por falar que as refugiadas eram fáceis porque eram



pobres. O que é muito interessante, porque se você for atrás para ver todas as pessoas que o MBL já perseguiu, e eu vou até citar novamente aqui: a ex-Senadora Vanessa Graziottin, que denunciou o MBL por agressão; a Deputada Juliana Brizola, do PDT, que também registrou um boletim de ocorrência após ser assediada pelo MBL; a Vereadora Juliana Cardoso, que também é do PT, fez um boletim de ocorrência por provocação e por tentarem difamá-la; V.Exa., Sâmia Bomfim, e a ex-Vereadora Isa Penna também sofreram com o MBL. Tentaram cassar o mandato também de V.Exa., Sâmia Bomfim. O Gabriel Monteiro, também muito conhecido por assediar e perseguir mulheres também, você pode encontrar até hoje no canal do Youtube dele diversos vídeos dele intimidando feministas, indo em manifestações feministas e sempre buscando mulheres para intimidar e provocar. Não só isso, a Deputada Mônica Seixas, como nós citamos antes, que também prestou queixa contra líderes do MBL por agressão e intimidação. A própria Mara Lima, do Republicanos, também foi um alvo de perguntas provocativas do João Bettega, do MBL. Isso também gravado e postado nas próprias redes de João Bettega. E nós temos... Todas essas situações mostram que, além dos alvos que eles possuem, que são alvos políticos, eles têm uma grande preferência por mulheres. Às vezes, pela própria sorte, eles encontram Deputados, como Guilherme Boulos, numa manifestação e utilizam desse momento para perseguir Boulos, ou quando querem uma eleição política de perseguir o Deputado Glauber Braga porque estão almejando uma eleição no Rio de Janeiro. Mas são muito específicos quando eles estão procurando esses Parlamentares e civis que são homens. Mas quando são mulheres, é a grande maioria dos casos. E até mesmo, quando eles estão entrando em universidades para, como se diz, entrevistar os estudantes, a maioria também são mulheres. Então, existe, sim, um recorte de gênero também nessa questão da violência do MBL. Além de buscar os alvos, eles também tentam buscar os alvos que não vão (*falha na transmissão*), porque, veja, homens, nós sabemos que, quando estão nessas situações de extremo conflito com outros homens, podem acabar sendo



agressivos, violentos, e partindo para cima deles. Mas as mulheres, a gente acaba sentindo medo, a gente fica acuada, a gente se sente intimidada, em situações inclusive em que V.Exas. estão com o filho no colo, que estão com crianças por perto. E eles não se importam se tem um bebê no colo, se tem uma criança por perto, se você está grávida, nada. Não se importam. O que importa é o vídeo que vai ser feito em cima de V.Exas. depois. Então, é nítido que o MBL possui um *modus operandi*, que ele possui alvos. E eles sempre escolhem alvos que acreditam que são alvos, entre aspas, "fáceis", porque não vão revidar, de maneira truculenta e violenta, mas vão gerar o corte que eles precisam para as redes sociais. E aqui eu falo a palavra corte parafraseando até mesmo o candidato à Prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal, que fazia uso dessas estratégias de gerar corte nas redes, em cima de provocações e intimidações, e que fazia isso até mesmo nos debates. Mesmo não sendo do MBL, ele certamente, como comunicador e entendedor de estratégia de redes, foi atrás da estratégia do MBL para segui-la e fazê-la nos debates também. Então, percebam: nós temos um *modus operandi* do MBL que existe já desde 2016, pelo menos é o que nós temos já planilhado de diversos casos, e mais de 80% dos casos são com mulheres. E não me admira que Gabriel Costenaro tenha boletim de ocorrência de violência doméstica porque ele está dentro de um espaço que não coíbe a violência. Vocês acham que expulsaram o Arthur do Val do MBL depois do áudio vazado das refugiadas? Não, ele continuava indo aos *podcasts* do MBL, continuava frequentando esses espaços, sem nenhuma punição dentro do MBL. Mesmo tendo falado que ele iria fazer um turismo durante a guerra, não foi feito nada. Até mesmo o Renan, que ele cita num desses áudios, é um dos fundadores do MBL, que supostamente falou que faria um *tour de blond* na Ucrânia, é um dos fundadores do MBL. Então, é algo que, dentro do MBL, já é comum, já é normal. Para eles, isso virou uma rotina. Não há problema nenhum eles invadirem espaços, perseguirem mulheres, falarem coisas absurdas sobre mulheres. Houve o caso das refugiadas. E nada acontece. Nem mesmo (*falha na transmissão*). Eles



não são expulsos do MBL, eles não sofrem nenhuma punição dentro desse movimento, como também não acontece nada com eles, além de... Como já aconteceu de dizerem que o mandato do Arthur do Val não foi cassado por conta da violência que ele cometeu em relação a essas mulheres, mas, sim, porque ele estava batendo de frente com pessoas grandes dentro da política, como é a narrativa que o MBL tenta criar nas redes. Se vocês forem ver, eles mesmos dizem que o Arthur do Val não foi cassado por causa das refugiadas ucranianas, que ele foi cassado porque estava batendo de frente com gente grande, que cassou o mandato dele, assim como o próprio Gabriel Monteiro, que falaram que ele não foi cassado por causa de assédio com assessores, com menor de idade, por pedofilia. A narrativa que eles criam nas redes do Gabriel Monteiro é que ele só foi cassado por causa da máfia dos reboques. Então, eles mesmos não acreditam que estão sendo cassados por violência contra a mulher. Eles têm outra narrativa para contar. O Arthur do Val porque batia de frente com gente grande dentro da política — esse é o factóide que eles criaram —, e o Gabriel Monteiro porque batia de frente com a máfia dos reboques, sendo que os dois foram cassados por questões envolvendo mulheres, violência contra mulheres. Mas, mesmo assim, não foram expulsos dos seus movimentos, continuaram fazendo parte desses espaços. E só aconteceu de serem cassados realmente porque cometeram violências muito grandes. Como vocês podem perceber, nem mesmo o MBL acredita que eles estão sendo cassados por violência contra a mulher. Eles inventam novas narrativas e propagam em suas redes. E o que eu estou falando é facilmente encontrado no canal do Arthur do Val e ainda nas redes do Gabriel Monteiro, pois os familiares dele continuam publicando coisas em suas redes. E, novamente, precisamos regulamentar as redes, porque o Gabriel Monteiro está preso, e os familiares continuam criando narrativas em suas redes para desmoralizar os políticos que tentaram cassar o mandato dele. Então, é importante analisarmos isto, que existe, sim, um recorte de gênero nessas violências e que a maioria das perseguidas e das intimidadas são mulheres —



Juliana Brizola, Juliana Cardoso, Sâmia Bomfim, Isa Penna, Monica Seixas, até mesmo a moça do Republicanos, a Mara Lima. Então, eles basicamente escolhem o melhor alvo, o que não vai agredi-los fisicamente, o que eles vão conseguir intimidar o máximo possível, para ver vocês indignados, revoltados e pintarem a imagem de agressivos. Isso, pessoal, inclusive aconteceu recentemente em um debate do Vereador mais votado de São Paulo, o Lucas Pavanato, com outro candidato que era do PSOL, Júnior Freitas. Isso está filmado, gravado. Durante todo o debate político entre os dois, Lucas Pavanato, que é um ex-MBL que ainda utiliza essa estratégia, fala do pai do Júnior durante o debate, fala que ele é uma vergonha para o próprio pai. Como o Júnior reage? Joga um copo d'água nele. Nas redes sociais, Lucas Pavanato posta que Júnior Freitas rasgou a camiseta dele. E isso tudo que eu estou falando para vocês está gravado. Mesmo gravado, eles criam factoides, eles criam narrativas. Então, precisamos entender isso, precisamos regulamentar as redes por conta disso, porque criam factoides sem parar. E eles veem a impunidade acontecendo quando o cara que mais cria factoides aqui em São Paulo, que é o Lucas Pavanato, é eleito com recorde de votos na Câmara Municipal. Então, quando nós vamos coibir essas violências? Quando vamos evitar essas perseguições? Quando o Lucas Pavanato ou outro estiverem sentados junto com V.Exas. na Comissão (*falha na gravação*) o mandato de outra pessoa? Ele é o mesmo que persegue e intimida mulheres aqui em São Paulo, onde eu moro atualmente. Invadem ocupações, invadem escolas, invadem hospitais, invadem universidades. Vão continuar invadindo por quanto tempo? Vão continuar postando em suas redes por quanto tempo? Então, é isso. A gente percebe que é o *modus operandi*, e que eles só veem a impunidade. Os únicos que são punidos são os que reagem. E isso é muito irônico. Basta reagir ao MBL, que eles fazem de tudo para cassar o mandato da pessoa. E percebam que é orquestrado, porque primeiro tentaram cassar o mandato de Sâmia Bomfim, enquanto ela ainda era Vereadora, e agora estão tentando cassar o mandato de seu marido, o Glauber Braga. Eles escolheram alvos bem definidos. Isso está



posto para todo mundo. Eles escolheram um casal específico. E qual vai ser o próximo? Isso que é perigoso de pensarmos.

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar. Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado, Carolline.

Tem a palavra a Deputada Professora Luciene Cavalcante, por 5 minutos.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP) - *"Eles querem que alguém que vem de onde nós vêm seja mais humilde, baixe a cabeça, nunca revide, finja que esqueceu a coisa toda."* Eu começo aqui a minha intervenção com música, com Emicida, com cultura, como uma forma de abraço a você, companheiro Glauber, para dizer que os profissionais de educação deste País, que os trabalhadores deste País, que quem faz cultura, que quem movimenta as estruturas deste País está enfileirado ao seu lado. *(Palmas.)*

Quero dizer que este é o meu primeiro mandato aqui. É notório, e todo mundo que está aqui há mais tempo do que eu fala que estamos atravessando o Congresso mais avesso às práticas democráticas. A gente já assistiu e testemunhou aqui de um tudo — de um tudo. Usa-se a tribuna, usa-se o escudo necessário da imunidade parlamentar para ações criminosas. São inúmeros os pedidos de quebra de decoro parlamentar que estão na mesa do Presidente desta Casa ou caminhando para a Presidência desta Comissão. Depois de tudo o que a Carolline brilhantemente falou sobre o que significa essa farsa de movimento que é o MBL, que é uma organização criminosa que atua corroendo, que saiu dos porões, dos esgotos do nosso País e vem corroendo a nossa democracia... Porque o dissenso, o debate, a diferença, tudo isso faz parte do processo democrático, a gente pensar diferente, a gente discutir ideias. Agora, a perseguição, o assédio, essa prática fascista que essas pessoas utilizam não cabe dentro do processo democrático. Disso não podemos ter dúvida. Olhando para tudo que já foi feito nesta Casa, vemos que, infelizmente, apenas dois processos foram abertos aqui no COÉTICA. Um deles só foi aberto após a prisão de um Deputado indiciado, investigado de planejamento e mando do assassinato de uma Vereadora eleita, a Marielle Franco, que é o Deputado Brazão. Não por acaso, o



seu processo não foi apreciado até hoje no plenário desta Casa. Nós estamos há poucas semanas, há poucos dias de terminar esse período legislativo. Ele, até hoje, de dentro da cadeia, segue gozando das prerrogativas, dos salários, do dinheiro do povo. É essa a situação. E o outro processo aberto por esta Casa é contra o nosso companheiro Glauber, que tem uma história de luta, uma trajetória — peço só mais tempo para poder concluir, Presidente —, uma trajetória de luta, de resistência ilibada. São vários os mandatos. São vários os mandatos. Nunca, nenhum processo respondido criminalmente, civilmente, em outras esferas. Nunca esteve envolvido em nenhum caso de corrupção. E é essa pessoa que, após reagir com a energia legítima, necessária, defendendo não apenas si mesmo, mas defendendo todos aqueles que votaram e o elegeram de forma legítima, defendendo os princípios desta Casa, defendendo a democracia, colocou para fora aquilo que não cabe na democracia. Perseguição, assédio, manipulação não cabem dentro do debate democrático. E foi isso o que foi colocado para fora desta Casa, pelo Deputado Glauber. E isso, infelizmente, do meu ponto de vista, é um constrangimento coletivo para todos nós, Deputados e Deputadas que lutamos pela democracia, que estamos aqui. A gente acabou de vivenciar. Está sendo julgado. A gente atravessou, mais uma vez, uma tentativa de golpe no nosso País. São fatos reais. Aí vemos esse constrangimento desse julgamento. E a pergunta que eu gostaria de fazer ao Deputado Glauber é: por que a gente chega nessa situação de apenas terem esses dois pedidos aceitos de abertura de processo de cassação? O que me parece, e é público, é notório e é falado, é que há um processo de perseguição. Então, veja, nós, do movimento de esquerda progressista, enfrentamos a perseguição fora desta Casa por essa organização criminosa do MBL. Chega-se aqui, no nosso local de trabalho, de atuação, onde deveria ser um ambiente seguro, protegido para a democracia, e me parece que está havendo uma nova perseguição contra o senhor. Só que não é uma perseguição simplesmente contra o Glauber. E precisamos falar isto em alto e bom som: é contra tudo o que seu mandato popular representa; é contra uma



sociedade justa, igualitária, antirracista, que enfrenta e combate o machismo, que defende os trabalhadores, que quer ver a justiça social, que quer que a nona economia do mundo não tenha milhares e milhares de crianças morrendo de fome ou de pessoas sendo arremessadas pela ponte, como vimos acontecer no Estado de São Paulo, o Estado mais rico deste País. Então, a perseguição é contra tudo isso. Eu queria terminar aqui deixando essa pergunta para o senhor, Deputado Glauber, e lembrar Brecht, que diz: *"Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem"*. O que senhor fez foi uma manifestação legítima: agiu com o rigor necessário para defender o senhor e tudo o que o senhor representa, inclusive a democracia. Tem o nosso apoio e a nossa solidariedade, e eles não passarão! E Glauber fica! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar. Bloco/PSOL - RJ) - Nas inscrições aqui, nós tínhamos também o Tarcísio Motta. Mas o Deputado está ausente por estar numa outra Comissão. Com isso, a testemunha Carolline Loz está dispensada.

Não havendo mais quem queira usar a palavra, agradeço a sua presença virtual, Sra. Carolline Sardá Loz, e declaro finalizada sua oitiva.

Passamos para a etapa final desta sessão longuíssima, que é a oitiva do representado, o Deputado Glauber Braga.

Para o bom andamento dos trabalhos, vamos adotar os seguintes procedimentos. Inicialmente, o representado usará a palavra para as suas considerações, pelo tempo de 25 minutos, prorrogáveis a critério deste que agora preside a sessão.

Em seguida, será dada a palavra ao Relator, o Deputado Paulo Magalhães, para as suas indagações, que também poderão ser feitas em qualquer momento.

Logo após, farei a chamada dos Parlamentares inscritos para inquirirem o representado, de acordo com a lista de inscrição. Serão chamados primeiramente os membros do Conselho, que terão o prazo de 10 minutos para formularem suas perguntas, com 3 minutos para a réplica. Será concedida aos Deputados que não



integram o Conselho a metade do tempo dos membros, ou seja, 5 minutos, e 3 minutos para a réplica.

O Deputado que usar da palavra não poderá ser aparteado, e o representado não será interrompido, exceto pelo Presidente ou pelo Relator.

Após os questionamentos dos Parlamentares, será dada a palavra aos advogados de defesa, exclusivamente para inquirirem o representado, se assim desejarem.

Será concedido o prazo para comunicações de Liderança, conforme o art. 66, § 1º, do Regimento Interno desta Casa. Os Vice-Líderes poderão usar a palavra pela Liderança mediante delegação escrita do Líder.

Assim, esperamos encerrar esta reunião até meia-noite. *(Risos.)*

Dando início à oitava, indago ao representado se prefere tomar assento à mesa, como já está, com muita honra.

Passo a palavra ao Deputado Glauber Braga, por 25 minutos.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, Deputado Chico, antes dos 25 minutos, eu pediria um pouco de paciência. Eu queria dirigir dois questionamentos ao Relator, caso ele se sinta à vontade e possa responder. Porque na prática, Relator, esse vai ser o meu último pronunciamento, antes da apresentação do relatório de V.Exa. Então, a primeira pergunta que eu faço é: o senhor considera que já tem elementos suficientes para a apresentação do seu parecer? A segunda pergunta que eu faço diz respeito diretamente ao quê ou em relação ao quê eu tenho que me defender neste momento. Por quê? Nós estamos falando exclusivamente do fato, do episódio em que eu reagi à provocação do sujeito do MBL, que no total foram sete? Ou eu tenho que me defender em relação ao conjunto de episódios elencados na inicial? É porque V.Exa. reafirmou esses outros episódios no momento em que indeferiu a nova oitava do Deputado Kim Kataguirí. E aí, evidentemente, se o senhor me disser que é importante eu elencar cada um desses episódios mencionados, parte significativa dos meus 25 minutos vai ser voltada para fazê-lo. O senhor disse, no documento de defesa, que aqui



neste processo se julgavam ou se avaliavam cinco episódios: a suposta agressão ao Sr. Gabriel Costenaro; ao Sr. Kim Kataguirí; o elogio à conduta do Deputado Fernando Mineiro, que tem uma relação direta também com o MBL, e uma agressão sofrida pelo Deputado Fernando Mineiro, do MBL. A partir, então, do quarto ponto, o senhor trata de outros elementos: diz respeito ao Presidente da Câmara dos Deputados, em sessão de 31 de maio de 2022; e o tumulto em reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, ocorrida em 9 de abril de 2024. Imagino que esse quinto ponto já tenha sido devidamente respondido pelo Deputado Alberto Fraga, no momento em que ele se converteu, na prática, em uma testemunha de defesa, quando teve a oportunidade de prestar o seu testemunho e, depois, as informações a este Conselho. E, no que diz respeito ao Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, aqui se está remetendo a um episódio de maio de 2022, que já foi inclusive alvo de representação neste Conselho de Ética e devidamente arquivado. Digo isso, Relator, porque é muito importante, na formulação da defesa, eu tratar de todos os elementos. Eu gostaria de saber se V.Exa. já tem elementos suficientes para a formação de convicção e se a minha manifestação se faz em relação ao conjunto de itens elencados, então, na inicial e reafirmados pelo senhor na negativa da oitiva do Deputado Kim Kataguirí. E explico: eu preciso saber do que estou sendo acusado, para fazer a formulação da minha defesa. Se o senhor disser que são esses pontos que estão aqui colocados, o.k., vamos enfrentar o conjunto dos pontos. Mas se o senhor disser que não, evidentemente isso vai ter uma relação direta com a articulação da defesa que eu vou apresentar. O senhor se sente confortável de responder a alguns desses questionamentos? Senão, eu já inicio a defesa, no período de 25 minutos.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Deputado Glauber, eu estou aqui para ouvi-lo. E, no seu depoimento hoje ou na sua fala, eu vou consolidar o meu posicionamento.



O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado. O que eu peço é que, depois do depoimento de hoje e das respostas que o senhor vai ter aos questionamentos formulados — e os de outros Parlamentares —, nós possamos, imediatamente, então, votar essa admissibilidade — a admissibilidade já foi votada —, o que venha como resultado das oitivas pós-admissibilidade. E eu queria fazer uma solicitação ao senhor e ao Presidente do conselho para que já marquem, na semana que vem, no dia 11, a possibilidade de que esse julgamento seja realizado de maneira definitiva. Desde o início, eu disse que a minha defesa se baseava em três pontos, que são públicos. Primeiro, que eu trataria especificamente da minha reação ao provocador. E, nesse sentido, eu queria começar a defesa pedindo a exibição de dois vídeos. Eu gostaria de pedir que, nesses momentos, houvesse a tolerância com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar. Bloco/PSOL - RJ) - Só para registrar, a bem do bom processo aqui, que esses dois vídeos foram apresentados previamente pelo representado e constam da defesa. Portanto, eles são inteiramente legais e legítimos.

(Exibição de vídeo.)

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - O vídeo teve algum problema no áudio, que não ficou sincronizado, mas eu acho que ficou bem evidente, sim. Foram sete episódios até que acontecesse o que aconteceu no corredor da Câmara, mas parte desses sete episódios, Relator, foi depois, inclusive, da representação ao Conselho de Ética e da votação da admissibilidade. Eu gostaria que fosse colocado agora um segundo vídeo, que foi resultado de um ataque que veio depois da votação da admissibilidade deste conselho, por favor.

(Exibição de vídeo.)

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - É o mesmo sujeito, que, depois da votação da admissibilidade, foi a uma atividade de campanha, na reta final da campanha, fazer ataques e foi expulso do local por trabalhadores ambulantes, camelôs que ali estavam. Foram sete episódios em que isso



aconteceu. Queria repetir: foram sete episódios em que isso aconteceu, só com esse sujeito, sem contar outros episódios, de grupos que foram formados pela mesma organização, que finge se chamar de um movimento chamado MBL. Eu acho que está mais do que evidente que tudo aquilo que foi apresentado demonstra a proporcionalidade da reação ao provocador. Segundo, eu disse que, na tese da defesa, utilizaria esse tempo para demonstrar o que é essa organização, porque isso tem que estar contextualizado. Esse provocador não agiu sozinho. Ele agiu pago, ele agiu a mando, ele agiu em articulação inclusive com um Deputado Federal que o defende e que foi à Polícia Legislativa para defendê-lo. Relator, no boletim de ocorrência da Polícia Legislativa, eu não figuro como investigado, eu figuro lá como vítima desse mesmo provocador. E sabem por que o Deputado Kim Kataguirí não aparece mais aqui? Porque nas sessões do Conselho de Ética ficaram demonstradas as relações do MBL com figuras nazistas, e eles sabem que isso está comprometendo a possibilidade de formalização de um partido político. Sabem, desde aquelas revelações, quantas vezes mais eles falaram sobre a minha pessoa, sobre mim, nas redes deles? Nenhuma, Relator. Nenhuma! Até que aquela audiência aqui acontecesse, eles falavam o tempo inteiro, toda semana, pressionando por um processo de cassação. Quando foram reveladas as relações do MBL com organizações nazistas e o acobertamento que eles fazem de membros do MBL com essas organizações — e eu cito nome, o Sr. Benjamin Pontes, que estava lá comemorando junto com eles no congresso ou no encontro do MBL —, eles não mais aqui apareceram. E não vão aparecer. E, se aparecer — com certeza, neste momento, ele está me ouvindo, ele sabe o que eu estou dizendo —, ele sabe que vai ser confrontado com essas relações e sabe que o questionamento que vai ser feito a ele é: o que foi feito com o Sr. Benjamin Pontes, que tem relação com o Sr. Vicky Vanilla? E as outras relações que eles estabeleceram com nazistas? Por isso é que eles saíram. E o terceiro ponto, que eu não posso deixar de abordar, é a ação de intimidação e de perseguição por parte do Sr. Arthur Lira. E por esse



motivo, inclusive, Relator, eu fiz a pergunta inicial: se o conjunto de fatos e elementos que estavam incluídos na inicial deviam ser tratados por mim. E a inicial e a reafirmação de não oitiva do Deputado Kim Kataguirí citam nominalmente o meu enfrentamento do Deputado Arthur Lira. Isso não começou hoje. Isso já vem de bastante tempo. Isso começa de maneira mais intensa quando eu pergunto para ele, no plenário da Câmara dos Deputados, se ele não tinha vergonha de colocar em votação um projeto de privatização da PETROBRAS por maioria simples. E fiz isso depois de ele anunciar que o faria numa reunião do Colégio de Líderes. A partir de então, o Sr. Arthur Lira persegue o mandato de maneira sistemática. No dia seguinte, o PL entra com uma representação pedindo a cassação do mandato. Depois disso, porque eu cobro a inexistência de acesso livre às galerias da Câmara — Sâmia falou sobre isso já aqui no Conselho —, ele corta a escolta, que tinha uma orientação de segurança de Sâmia, depois da execução do assassinato do meu cunhado. Em retaliação a uma cobrança que eu fiz no plenário, no dia seguinte ele corta a escolta. E aí o que tem a ver o Sr. Arthur Lira, então, com isso? Eu passo a ter informações de que esse não é um método que ele usa exclusivamente comigo de silenciamento. Por isso era fundamental que a gente ouvisse aqui as outras quatro testemunhas, porque fica demonstrado que essa tentativa de silenciamento aconteceu com inúmeras pessoas. Aqui nesta pasta, Relator... E está também no *pen drive* à disposição do Conselho de Ética. Estas são folhas detalhadas de compras não declaradas de imóveis, de fazendas, feitas pelo Presidente da Câmara. A jornalista Lara Lemos foi silenciada, ou pelo menos ele tentou silenciar, a partir de ações específicas de assédio judicial e de constrangimento político. Foi comigo, mas foi com a jornalista Lara Lemos. Perguntem depois — ela não pode falar aqui hoje como testemunha — o que foi esse assédio sofrido, que perdura até hoje, à jornalista Lara Lemos. Mas não foi só com a jornalista Lara Lemos. O Presidente da Câmara também fez a mesma coisa com o ICL e outros veículos de comunicação, como a Agência Pública e o Congresso em Foco. Por conta de o ICL ter se disponibilizado, Berna,



a ouvir a ex-esposa de Arthur Lira, em uma série de denúncias que ela apresentava, foi solicitada uma multa que impede o ICL de falar sobre o assunto — sabe de quanto? —, de 300 mil reais, 300 mil reais, com uma tentativa de apagar as declarações que tinham sido dadas por sua ex-esposa, Jullyene Lins. Eu deixo no final para falar sobre a Jullyene Lins. Felipe Neto, que algumas pessoas se surpreenderam... *"Ah, mas por que ele está entre as testemunhas arroladas?"* Porque tem um processo também do Presidente da Câmara tentando intimidá-lo judicialmente por conta de um adjetivo dado por Felipe Neto em um determinado momento, numa audiência relacionada ao controle de redes, falando do Sr. Arthur Lira. Quarto: Jullyene Lins. Nós vamos naturalizar e não vamos falar que há uma denúncia em uma corte internacional da ex-mulher do Presidente da Câmara, trazendo um conjunto de elementos e de denúncias relacionadas ao que ela não pode fazer ou ao que ela não pode dizer, a partir desse assédio? As senhoras e os senhores sabem onde mora Jullyene Lins? Eu também não sei, porque o paradeiro dela tem que ser desconhecido. As pessoas não podem saber onde ela mora por conta da perseguição e do conjunto de denúncias que ela formulou em relação ao Presidente da Câmara. E aqueles veículos que ousaram divulgar essas denúncias foram também assediados e impedidos de fazer a divulgação por conta de multas milionárias. Jullyene Lins, inclusive, através da sua advogada, abordando todo esse assédio e as violências que viveu, mandou uma carta. Eu vou pedir, inclusive, autorização a ela, terminada essa reunião, e, se autorizado for, eu vou pedir que essa carta fique registrada nos Anais do Conselho de Ética, com o conjunto de denúncias que foram formuladas por ela. Relator, o senhor pode não concordar com essa linha de defesa, mas o senhor não pode impedir — nem ninguém pode impedir — que eu a apresente, porque, na Câmara dos Deputados, todas as pessoas sabem que quem movimenta um processo de perseguição contra mim, não é de hoje, é o Sr. Arthur Lira, que não tolera que um Parlamentar formule, reforce e apresente essas acusações, como as que eu já fiz, por diversas vezes, no plenário da Câmara. A ironia do destino é que o Presidente



da Câmara orienta dois Deputados Federais, entre eles, o Deputado do Partido Novo, a não prestarem depoimento à Polícia Federal, porque o que estaria sendo cometido pela Polícia Federal contra esses Parlamentares seria um abuso. E com que adjetivo um desses Parlamentares, mais especificamente o Deputado Marcel van Hattem, designou um delegado da Polícia Federal? Ele chama esse delegado da Polícia Federal de bandido, ou diz que estaria exercendo atos de bandido através daquele processo. Depois de o Parlamentar ter dito isso, a orientação do Presidente da Casa foi: *"Não deponha à Polícia Federal, porque se trata de um abuso às suas prerrogativas"*. O Arthur Lira defende o Deputado do Partido Novo do eventual assédio do delegado da Polícia Federal. E quem me defende do assédio e da perseguição de Arthur Lira? A quem eu recorro contra o assédio que me está sendo imposto por ele? Eu não estou falando só da atuação do senhor. O Deputado Fraga, quando esteve aqui e depois, como testemunha, afirma que parte do episódio ocorrido na Comissão de Segurança Pública foi levada ao Presidente Arthur Lira. Então, está evidente que, quando vem a representação, vem a partir de elementos que tinham sido levados ao Presidente da Câmara por ele. O Sr. Arthur Lira vai a uma entrevista de repercussão nacional e, quando confrontado e questionado do porquê ele não tinha medidas mais enérgicas contra Deputados de extrema direita, faz questão de dizer: *"Não é só da Direita, não; é da Esquerda também"*. E aí passam as minhas imagens a nível nacional. Todo mundo sabe que essa perseguição existe, e eu não dizer isso ou abrir mão de dizer isso é abrir mão de fazer uma defesa plena e completa no Conselho de Ética. Talvez seria mais fácil para mim. Seria mais fácil. Nessa altura do campeonato, o MBL já está correndo, com muito medo. Então, vamos botar todas as baterias no MBL. A reação ao provocador já está mais do que evidente. Então, esqueçamos o Arthur Lira e deixemos esses outros pontos, porque eles são suficientes para um julgamento que poderia ser, na minha avaliação, justo: de arquivamento. Só que eu não posso deixar de dizer. O Sr. Arthur Lira se mostrou incomodadíssimo com as testemunhas indicadas ao Conselho de Ética e falou



com diversos interlocutores sobre o seu incômodo em relação a essas testemunhas. O fato, Relator, com todo o respeito, de, na negativa de uma nova oitiva do Deputado Kim Kataguiri, mais especificamente, na negativa das quatro testemunhas, ter sido publicada uma postagem que eu fiz fazendo referência ao Presidente da Câmara, dizendo que as testemunhas são para fustigar o Presidente, e não para falar especificamente dos fatos acontecidos que trazem o representado ao Conselho de Ética, foi uma medida que não pode ser considerada razoável, para ser generoso, porque se, na própria peça inicial tem uma citação de Arthur Lira; se na negativa da oitiva do Deputado Kim Kataguiri tem uma nova afirmação de que o processo envolve o Presidente da Câmara, Arthur Lira, e o confronto que eu tive com ele no Plenário, por que então não podem ser ouvidas testemunhas que foram ao longo da história silenciadas por Arthur Lira? Por quê? Isso faz parte da tese apresentada pela defesa! Relator, repito, o senhor não tem que concordar comigo, o senhor não tem que concordar com as teses que eu exponho, mas o senhor há de concordar que essa história e esse processo já foram longe demais, já foram muito além do que deveriam ter ido, já passaram de qualquer elemento que possa ser considerado razoável. E há uma expectativa de finalização dessa história. Eu espero que, na semana que vem, mais especificamente no dia 11, nós tenhamos a finalização ou a apresentação do parecer definitivo, para que os Deputados possam exercer o seu direito de voto. O Deputado Chico Alencar já disse isso, mas convém repetir: o Partido Novo não teve coragem, durante todo este processo — foi ele que representou —, de se fazer presente uma única vez. Durante todo o processo no Conselho de Ética, não se fez presente uma única vez! O MBL, a partir das revelações que foram feitas de articulação com nazistas, não tem coragem de voltar a este Conselho e sentar nessas cadeiras! Eu preciso dizer mais alguma coisa? Há necessidade de trazer mais argumentos? Jullyene Lins tem que ser ouvida. Tem que ter espaço para que ela seja ouvida, porque nós não podemos naturalizar a ex-esposa de um Presidente da Câmara dos Deputados, um



daqueles que está na linha sucessória, ser acusado do que é acusado e os veículos de comunicação não poderem sequer publicar essas acusações ou ouvi-la em entrevistas. Isso não é razoável! Nós não podemos fingir que isso não acontece! O Sr. Arthur Lira, se não está me ouvindo agora, já sabe do resultado desta reunião e daquilo que eu estou dizendo. Mas isso não importa! Se ele fica triste ou revoltado com aquilo que eu digo, isso não dá a ele a possibilidade de continuar um processo de perseguição, tentando silenciar e calar o mandato! Não dá! Ele não tem o direito de fazê-lo! Se ele quer responder a este conjunto de documentos de propriedades não declaradas, que ele o faça, que utilize os meios que existem, que são vastos, para falar sobre isso, mas querer calar aquelas e aqueles que se insurgem contra aquilo que ele faz, tentando, mais uma vez, colocar em prática o rito do silenciamento nós não podemos aceitar. Nós não podemos considerar isso algo razoável. E digo mais, Relator — e, por aqui, eu termino. Se o senhor apresentar um parecer pela cassação ou suspensão do mandato, eu vou enfrentar esse parecer com os elementos políticos que tenho, de peito aberto, como estou fazendo aqui neste momento. E, se o senhor apresentar um parecer pelo arquivamento, eu não vou, a partir daí, fazer um mandato manietado ou pela metade, a partir desse processo que se prolongou por tantos meses. *(Palmas.)*

Sei que faço uma disputa política que, em determinados momentos, pode ser considerada dura, mas não faço uma disputa política de caráter pessoal. Não é pessoal; é político. E, sendo uma disputa política que precisa ser dura, eu não posso me negar a fazer aquilo que tem que ser feito, a dizer o que tem que ser dito e, ao mesmo tempo, a exercer o mandato com plenitude, porque, se eu não o fizer, eu posso até me salvar de perseguições futuras, mas não vou ter o respeito dessas pessoas que se deslocaram dos mais variados locais para estarem aqui e de outras tantas pessoas que não estão presentes aqui neste espaço neste momento, mas que me elegeram como representante, como Deputado Federal, para ser alguém que exatamente não faça um mandato pela metade. Termina —



já que vai ser o último pronunciamento antes, provavelmente, da apresentação do parecer e da votação — agradecendo profundamente todas as manifestações de solidariedade que tive a oportunidade de vivenciar durante esse período. Vocês fizeram... Há pessoas aqui das quais eu nunca vi o rosto, inclusive, que vieram de lugares diferentes para estarem aqui junto com a gente, que encheram todas as reuniões do Conselho de Ética. Teve gente mobilizada para o acompanhamento desse processo e que só pode exigir de mim uma única coisa: que mantenha a cabeça erguida, que não recue, que siga em frente e que espere agora que o Relator faça justiça, solicitando o arquivamento desse processo.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar. Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado, Deputado Glauber.

Dando continuidade a essa etapa final das oitivas, concedo a palavra ao Relator, Deputado Paulo Magalhães, para inquirir o representado, se assim o desejar.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) - Deputado Glauber Braga, meus senhores, minhas senhoras, ouvi atentamente e tinha eu preparado algumas perguntas para V.Exa., mas V.Exa. discorreu sobre uma série de fatos, e eu me detive no vídeo. E no vídeo eu não vi nada que pudesse mudar o meu pensamento.

Quanto ao Presidente Arthur Lira, eu não tenho procuração para defender o Presidente Arthur Lira, e ele, se quiser, que se defenda na Justiça, se assim achar necessário.

Quanto ao relatório final, fique certo, Deputado Glauber Braga, de que eu serei fidedigno ao que vi, ao que ouvi e ao depoimento de algumas testemunhas, mas vou usar todo o tempo a que me é dado direito e serei, como disse anteriormente, fidedigno a todos os elementos que me foram apresentados.

Sr. Presidente, não tenho mais nada a acrescentar.



O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar. Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado, Deputado Paulo Magalhães.

A primeira oradora inscrita, já que não há nenhum membro do Conselho presente, evidentemente, exceto o Relator e eu que presido a sessão neste momento... Não há nenhum membro presente justo no momento mais importante desse longo processo. Eu não direi que falta ética aos membros do Conselho de Ética, mas falta tempo para algo importante nessa função. As nossas agendas hoje estão sendo totalmente alteradas, porque damos valor em nome da ética, do decoro parlamentar e da justiça, para que ela seja feita de fato.

Então, a primeira oradora inscrita é a Deputada Sâmia Bomfim, pelo prazo de 5 minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar. Bloco/PSOL - RJ) - Após os Parlamentares, os advogados têm todo o direito de falar.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - Obrigada, Presidente. V.Exa. mencionou, e eu vou reiterar. Eu acho que o esvaziamento deste Plenário, justo no dia de hoje, que é o dia do depoimento do acusado, é muito sintomático do que se tornou esse processo aqui no Conselho de Ética: algo completamente injustificado, descabido. Acho que se trata, evidentemente, de uma perseguição e de uma falta de proporção diante dos fatos que aconteceram. Eu não tenho a menor dúvida de que temas gravíssimos não foram aqui abordados, temas gravíssimos que aconteceram por parte de outros Parlamentares, mas que temas gravíssimos foram trazidos pelo Deputado Glauber com relação à atuação do grupelho chamado MBL, atuações gravíssimas sobre o Presidente da Câmara.

O Relator Paulo Magalhães disse, e é verdade, que não tem procuração, e também não há motivo para fazer uma defesa do Presidente Arthur Lira. Ele tem os meios dele, seus próprios advogados. Que responda na Justiça! Eu sinceramente espero que ele responda na Justiça e responda diante do povo brasileiro por todo o mal que fez, não só nesses casos citados pelo Deputado



Glauber Braga, mas por todo o mal que fez à Nação, seja no compadrio junto ao ex-Presidente da República, golpista, Jair Bolsonaro...

Aliás, até agora, o Sr. Arthur Lira não deu uma, nem meia declaração repudiando a tentativa de assassinato do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, e a tentativa de golpe de Estado, que era parte dessa operação, e todos os demais crimes contra o País, como o orçamento secreto, os escândalos de corrupção e agora essa perseguição descabida ao Deputado Glauber Braga.

Eu queria, Deputado, perguntar quais são as razões... V.Exa. já mencionou algumas, mas quais seriam as motivações dessa perseguição? Por qual motivo, além desses fatos já apresentados, o seu mandato está sendo perseguido? E o que explica, afinal de contas, esse processo se arrastar até agora? E, de acordo com o que disse o Relator, se formos considerar todos os prazos mais alargados possíveis, pode se arrastar, inclusive, para fevereiro do ano que vem, ainda que V.Exa. tenha feito o correto apelo para que, o mais rápido possível, já se faça a definição do voto. E por que é importante que o voto seja feito rapidamente? Porque nós já estamos há meses nos debruçando sobre este assunto. V.Exa. sabe que algumas punições podem não se apresentar no voto, mas só o fato de o processo estar se arrastando, de esta injustiça estar se perpetuando, no meu ponto de vista, já mostra uma maldade contra o Deputado Glauber, uma forma de tentar fazê-lo ficar por meses debruçado sobre um assunto, tendo que se defender daquilo de que nem teria necessidade. Tem que se defender do quê, afinal de contas? O sujeito o perseguiu por diversas vezes! Semana passada, veio outro sujeito do mesmo grupo fazer a mesma coisa. Estão querendo esgarçar algo que, evidentemente, é um grande absurdo, uma grande farsa montada. Então, eu queria que V.Exa. nos dissesse um pouco mais quais seriam as motivações, por que nós chegamos até aqui, por que o processo está levando tantos meses, por que pode levar mais alguns meses. Afinal de contas, por que este absurdo todo, este teatro de horrores está acontecendo ainda agora no mês de dezembro? Eu



acho que é importante que o povo brasileiro tenha o detalhamento dos fatos, porque nada justifica que isto ainda esteja acontecendo, a não ser podres poderes muito fortes que não se conformam com um mandato combativo, atuante, defensor dos direitos do povo, que não tem medo de cara feia e de enfrentar quem se coloca a serviço de uma política de destruição, de autoritarismo, do golpe de Estado, do negacionismo, como foi nos anos de pandemia que o Brasil enfrentou, de retaliação aos adversários políticos, como ele fez comigo, por exemplo, quando cortou, sem nenhuma justificativa, a escolta à qual eu tinha direito. Enfim, se o senhor pudesse se debruçar um pouco a respeito disso, acho que seria importante. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar. Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado, Deputada Sâmia.

Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Sabe qual é o resultado disso? Eu não estou dizendo que seja a intenção do Relator, mas o resultado prático é que essa não definição, esse não voto vai jogar esse processo para o próximo ano. E eu vou passar todo o mês de recesso parlamentar com provocadores do MBL ou de outras forças políticas fazendo provocações em espaços públicos, para que se reaqueça esse procedimento, para que aí, no próximo, digam: *"Está vendo? Está vendo como ele é?"* É isso. Essa representação, Relator, é do mês de abril. De abril para cá, já se passaram abril, maio, junho, julho, agosto, setembro. Sabe quantas vezes eu procurei alguns desses elementos em alguma das atividades para provocá-los? Nenhuma! Sabe quantas vezes esses elementos foram a atividades nossas para nos provocar durante esse período? Várias vezes! Então, vamos arrastar mais um tempo. O resultado prático disso é que haverá mais tempo para que provocadores possam, mais uma vez, utilizar-se das suas táticas de desestabilização. E, aí, eu preciso, então, ser uma pedra de gelo. Eu preciso não reagir, em hipótese nenhuma, às provocações, que vão continuar acontecendo, porque, se eu reagir em alguma



dessas provocações, vão dizer: *"Está vendo? Olha aí o encrenqueiro! Olha aí o brigão!"* É como eu me sinto. Posso até tentar ser uma pedra de gelo, mas não consigo, mesmo. Não adianta, não adianta. Eu queria ver o Presidente da Câmara sem as prerrogativas e os poderes que tem vivendo por meses a fio nas ruas e sendo abordado por perseguidores, qual seria a reação dele a esse tipo de ato de provocação. Ele chamou, no plenário, em circunstâncias específicas... E ali, em um evento, já o fez. Imagine sendo submetido a essa pressão permanente e a essa provocação permanente nos espaços públicos. Eu não estou falando aqui... Luiz, mais uma vez te cito, meu companheiro. Luiz, que milita e faz política comigo há 25 anos, me pede que eu não ande sozinho dentro da Câmara dos Deputados. É natural isso? É natural um negócio desses? Então, se eu não ando sozinho dentro da Câmara dos Deputados, como é que eu ando em outros lugares, não é? Porque sempre pode haver um provocador à espreita, esperando, para depois vir a versão: *"Olha aí! Olha aí o Deputado violento, agressivo"*. Se vocês me perguntarem quem pagou o Gabriel Costenaro, não sei. Ganhou dinheiro para fazer o que faz? Com certeza. É pago para fazer isso. Quem que pagou? Não posso precisar, não vou ser leviano. Eu só falo aquilo de que tenho certeza e convicção. Agora saiu de campo. Saiu de campo porque o bicho pegou para o lado dele, do ponto de vista judicial. Deputada Sâmia, procurando ser o mais objetivo possível, eu lamento a posição do Relator de procurar arrastar mais esse processo. Se já tem todos os elementos para fazer o julgamento e disse que o que tinha de dúvida ainda poderia ser tirada no vídeo, e que o vídeo, na avaliação dele, não complementou em nada a sua avaliação, e diz mais: diz que não tem nenhuma pergunta mais a fazer a mim, com todo o respeito, Relator, isso só me leva a entender que a convicção para a formação do voto já está dada, porque o senhor não apresentou uma dúvida sequer a mim, de um episódio, um acontecimento. Se o Relator da matéria não tem nenhuma dúvida ou nenhum questionamento a fazer a mim, se os Deputados que apresentaram a representação, o partido que apresentou a representação não tem coragem de vir



a este Conselho para fazer o debate; se o MBL e o seu Parlamentar, da mesma forma, não se apresentam mais para o debate depois das denúncias gravíssimas de articulação com nazistas, eles não se fazem mais presentes, nós estamos esperando mais o quê? O quê? É para eu ficar pendurado? É para aquilo que eu digo, ficar sendo avaliado para saber se eu estou sendo suficientemente polido para não ser punido? Eu não vou mudar; não vou mudar a linha de orientação política do mandato, porque a linha de orientação política do mandato não é construída de maneira individual (*palmas*); ela vai continuar sendo exercida, debatida, dialogada, mas eu não vou retroagir com essa linha em nome desse processo. Repito: não estou dizendo que essa foi a intenção do Relator, mas estou dizendo que o efeito prático dessa não decisão, depois de todos os elementos formatados, o elemento prático é tentar manter um mandato manietado. Não vai. Estou cansado? Cansadão! Estou bem cansado disso. Estou cansado, mas não desisto. E vamos em frente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar. Bloco/PSOL - RJ) - Com a palavra o Deputado Padre João, do PT de Minas Gerais.

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG) - Presidente Chico Alencar, Deputado Glauber Braga, quero trazer mais do que solidariedade, quero trazer aqui talvez um depoimento pela sua inteligência, sua dedicação, sua persistência, sua firmeza, que, de fato, leva muitos a invejar o mandato de V.Exa. — essa é a verdade —, pelo seu compromisso com as políticas públicas, com o Estado brasileiro; compromisso com o direito do cidadão. V.Exa. não se rende a interesses, como fazem muitos aqui, infelizmente, interesses pequenos, interesses familiares, interesses de grupos econômicos.

V.Exa. incomoda, e é bom que seja assim. Que bom que sempre incomodou! E continue incomodando, porque para muitos é a negação do Estado para a maioria, para os mais pobres, e o Estado pleno para uma minoria, mais econômica. Então, é perseverança mesmo. E o mandato popular é isso. O mandato não é de V.Exa. O mandato é do povo, e o povo dá as diretrizes, e isso



se escuta. Parabéns! Firmeza! Muita força, força do povo, força nossa, para persistir!

E, se posso, faço este apelo. O Regimento permite isto ao Relator, Deputado Paulo Magalhães. É preciso entender. Em que pese que V.Exa. tenha um tempo regimental, é possível oferecer o relatório sem precisar cumprir esse tempo, porque, na verdade, isso é uma tortura, é uma maneira de ir torturando e levar a pessoa a um cansaço, para se entregar. Mas ele, o Deputado Glauber, tem a força própria e a força do povo, que é uma força maior, que embasa esse mandato popular.

Relator, Deputado Paulo Magalhães, eu mesmo, em tempos anteriores, fui deixado em uma situação de vulnerabilidade, e outros militantes que estavam aqui dentro desta Casa foram também agredidos pela própria Polícia Legislativa. Havia um tratamento diferenciado da Polícia Legislativa. De alguns Deputados os populares aqui dentro não podiam nem chegar perto. Era usado *spray* de pimenta, era usada a força física, também, para proteger os Deputados. No processo da Dilma, tivemos isso várias vezes aqui, em muitos momentos.

Então, não dá para entender que quando um Deputado, porque é da Esquerda, Presidente, é insultado, é provocado, não haja uma atuação da própria Polícia Legislativa para afastar. Havia uma prática. Sempre foi assim, não precisava ser uma ação do próprio Deputado. Mas, na omissão da Polícia Legislativa, às vezes...

Ninguém tem sangue de barata, Presidente, para tolerar essas coisas.

Força, Glauber! Glauber fica! O Brasil precisa de V.Exa., o Estado Brasileiro precisa de V.Exa., com a determinação que tem, com a firmeza que tem, com a consciência que tem da concepção de Estado.

Espero que se faça justiça. A verdadeira justiça é preservar o mandato popular, pois só o povo pode retirar o mandato de V.Exa.

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar. Bloco/PSOL - RJ) - Com a palavra o Deputado Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Quero agradecer ao Deputado Padre João pelas palavras e pela solidariedade. Eu queria deixar evidente, inclusive por dever de justiça, que na última semana, nos ataques de outros dois provocadores, a responsabilidade não foi da Polícia Legislativa, que chegou ao local até com alguma brevidade. Nesse caso específico, teve da minha parte a responsabilidade de não pedir que aqueles sujeitos fossem retirados imediatamente. Então, eu assumo essa minha responsabilidade. Eu queria, Deputado Padre João, falar de uma preocupação. O senhor se dirigiu ao Relator e pediu que finalizasse esse processo, porque já passou da hora, assim como eu fiz, e o Relator disse que não o fará, que vai levar ao limite do prazo. Eu só espero, digo mais uma vez, que isso, não como intenção do Relator, mas como fato, não seja utilizado por outras forças políticas, mais especificamente o Presidente da Câmara dos Deputados, o Sr. Arthur Lira, ou quem venha a sucedê-lo, para fazer a maldade política de colocar em votação esse processo no mesmo dia do Sr. Chiquinho Brazão, porque não há motivo regimental para que o Sr. Chiquinho Brazão já não tenha tido o seu mandato levado à avaliação do Plenário; ou tem algum prazo que até agora não tenha sido cumprido? Todo prazo já foi cumprido, já está apto a fazê-lo. Aí, em um dia desses, chega uma pessoa para mim e pergunta: "*Glauber, não estão querendo empurrar para que o seu processo seja avaliado junto com Chiquinho Brazão no plenário?*" Falei: "*Não posso afirmar isso*". Agora, no Conselho de Ética, isso foi feito. Isso gera uma situação que, de alguma forma, é de constrangimento para a Esquerda, porque a Esquerda vai celebrar a responsabilização do Chiquinho Brazão e vai achar ruim um eventual processo de punição contra mim. Tentar levar isso por mais tempo para um eventual julgamento no plenário no futuro, se for essa a tentativa de alguém — repito, não estou dizendo que é a intenção do Relator —, mas que alguém se utilize disso para tentar fazer isso no plenário da Câmara, é algo que,



preventivamente, tem que ser denunciado desde já, se alguém tentar se utilizar disso com esse objetivo. Obrigado, Deputado Padre João.

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar. Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado.

Passo uma informação, em termos de prazos, inclusive ao nosso Relator. É uma informação do Conselho de Ética.

A representação do PSOL contra o Deputado Chiquinho Brazão, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da Vereadora Marielle Franco, durou 6 meses no Conselho, e os que representaram sempre estiveram presentes. É bom lembrar isso. A representação do Partido Novo contra o Deputado Glauber Braga já passa de 7 meses.

Depois de definida a posição quanto à representação no Conselho de Ética, em caso de recomendação de cassação, como foi o caso do Deputado Brazão, há recurso na CCJ. Depois, o Presidente da Câmara, que tem esse poder discricionário, pode colocar em votação essa representação no plenário, em até duas sessões da Casa — já ocorreram muito mais, ainda que se possa dizer: "*Ah, é extraordinária, então não conta*". Mas é óbvio que o Presidente da Câmara tem a prerrogativa de levar isso para ao plenário.

Deputado Glauber, a agonia da não decisão pode continuar mesmo depois da decisão do Conselho de Ética, caso ela não seja pela absolvição do representado.

No caso do Deputado Brazão, estamos esperando. Eu já falei pessoalmente com o Presidente Lira, que não respondeu.

Eu acho que é um respeito ao próprio trabalho do Conselho de Ética, que se dedicou, ouviu muitas testemunhas e decidiu. Já são 3 meses e 8 dias, com aquela resolução tomada por um órgão colegiado da Casa, que o Plenário não aprecia, e é prerrogativa do Presidente colocar isso na pauta.

Então, eu também só espero muito que não haja essa intenção espúria, que não há de ser de nenhum de nós aqui, de aproximar os dois casos diametralmente opostos e colocar em uma sessão — sei lá em que mês de 2025 — a apreciação



pelo Plenário do pedido de cassação do Deputado Brazão e de um eventual pedido de cassação do Deputado Glauber. A melhor forma, inclusive, de impedir esse escândalo é não ter nenhum pedido de cassação do mandato do Deputado Glauber. Daí essa preocupação não vai existir. Mas, claro, tudo depende do Relator indicado para essa tarefa.

Não há mais nenhum Deputado inscrito.

A defesa do Deputado Glauber, representada pelos advogados, pediu a palavra e tem todo direito a isso.

O SR. ALBERTO BRANDÃO HENRIQUES MAIOMONI - Obrigado, Sr. Presidente.

É só uma questão simples, mas parece importante para o presente caso. Levando em consideração, Deputado Glauber, tudo o que já foi apurado até aqui, nesse longo período que se passou, e levando em consideração ainda que o microsistema jurídico aqui da Câmara agora passou a adotar também o Código de Processo Penal, o que leva então a trazermos como consequência princípios constitucionais atinentes ao direito penal, inclusive quanto à questão da legítima defesa, porque inclusive o Código de Processo Penal foi aplicado até para afastar as testemunhas que eram tão importantes para serem ouvidas aqui, eu pergunto a V.Exa. se o episódio, que já foi bem demonstrado aqui, não foi um nada — foi um nada, aliás —, se a sua atuação ali foi para repelir uma injusta agressão? Isso é já pensando exatamente na aplicação do direito penal no presente caso, tendo em vista todos os acontecimentos que levaram à sua própria defesa e à defesa da instituição e de outrem.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Sem dúvida, Dr. Alberto, foi para poder repelir injusta agressão nesse caso, e não chegou a tal ponto nos outros seis episódios porque outras pessoas, companheiros, pessoas próximas, se colocaram em vários momentos como barreiras humanas para que o provocador não chegasse perto. Sete vezes; é importante repetirmos isto: foram sete vezes. Então, foi para repelir injusta agressão, sem nenhuma dúvida.



O SR. ALBERTO BRANDÃO HENRIQUES MAIOMONI - Presidente, sem mais perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar. Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado, Dr. Alberto.

Não há mais quem queira usar da palavra nesta longa sessão.

Encerrada a instrução probatória, abre-se o prazo para o Relator se pronunciar e apresentar o seu parecer. Vamos aguardar com ansiedade e senso de justiça.

Agradeço a todos.

Desejo que possamos ter um Natal de justiça, paz, esperança e luta.

Muito obrigado.

Vamos em frente!

(Manifestação na plateia: "Glauber fica! Glauber fica!")